

MARIA CECILIA DINIZ NOGUEIRA

BIBLIOTECA PÚBLICA: A CONTRADIÇÃO DE SEU PAPEL

Belo Horizonte

1 9 8 5

MARIA CECILIA DINIZ NOGUEIRA

OK/20 OK/04
U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



163138502

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

BIBLIOTECA PÚBLICA: A CONTRADIÇÃO DE SEU PAPEL

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre no Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

Orientadora: Professora Agnela da Silva Giusta

Co-orientadora: Professora Ana Maria Athayde Polke

Belo Horizonte

1 9 8 5

UM CÍRCULO ABERTO: reconhecendo o comprometimento

O trabalho científico nasce de uma prática e, enquanto prática, transmite valores particulares, tendo sentido no plano do coletivo. É fundamentado em teorias construídas por vários intelectuais, que, por sua vez, lançaram mão de princípios defendidos por outros,] incorpora experiências vivenciadas pelos que postulam a mesma concepção de mundo, e, principalmente, em se tratando de uma dissertação ou tese, quando contamos com um espaço para uma discussão crítica, reforça pontos de vista em função do exercício de orientação.

A dissertação ou tese refletem um projeto de vida, devendo ser consideradas como parte de um processo, processo este compartilhado por muitos, sobretudo, pelos que contribuíram mais diretamente para a sua elaboração.

Cabe, neste momento, expressar meu reconhecimento aos que compartilharam comigo desta etapa do processo de comprometimento.

Agnela da Silva Giusta,
pela dedicação na atividade de orientação.
Você, Agnela, imprimiu marcas no meu crescimento intelectual, na minha prática.

Ana Maria Athayde Polke,
pelas observações feitas como co-orientadora,
possibilitando-me uma análise mais crítica
das práticas da biblioteconomia.

Regina de Freitas Campos,
por ter apontado novos caminhos, auxiliando-me conquistar novos espaços.

Carolina Angélica Barbosa Saliba,
pela flexibilidade na orientação da normalização.

Mara Marley Santos,
pelo carinho na atividade da datilografia.

Registro também meu agradecimento a todos que participaram das entrevistas feitas na Biblioteca Pública de Santa Luzia.

Sob outro ângulo, neste trabalho se envolveram, ainda, aqueles com quem mantenho uma ligação mais próxima. Também a eles meu reconhecimento.

Daltro,
meu companheiro de muitas alegrias vividas a dois.

Anna Carolina, Paula, Beatriz e Breno,
meus filhos, que muito me ensinam.

Papai,
pela sua poesia.

Mamãe,
pela sua coragem.

Meus irmãos e cunhados,
pela ternura.

Armi Maria Cardoso, Rosa Maria Lana, Anna da Soleda-
de Vieira,

pela constância dos incentivos.

A muitos,

pelas lições de vida.

oOo

Os sonhos trazem consigo desencontros,
desilusão, confrontos..

Mas, têm sempre como companheiros,
o desejo, desafio, paixão.

Carregam a esperança,
atingem a certeza:

os desencontros caminham para o encontro,
a desilusão aponta novas ilusões,
o confronto desenha o ideal.

SUMÁRIO

Folha

RESUMO

ABSTRACT

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 2.1 | <i>Considerações sobre o método dialético ...</i> | 15 |
| 2.2 | <i>O todo social: composição, articulação e transformação das relações sociais.....</i> | 16 |
| 2.3 | <i>Modos de organização dos homens em sociedade: produção da existência material e social centrada na relação de cooperação e na relação de dominação</i> | 17 |
| 2.4 | <i>O Estado burguês</i> | 22 |
| 3 | ORIGEM E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA: <i>releitura da revisão de literatura elaborada por Suzana P.M. Mueller</i> | 34 |
| 4 | A BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA LUZIA: <i>estudo de caso</i> | 61 |
| 4.1 | <i>Observações preliminares</i> | 61 |
| 4.2 | <i>Descrição do Município de Santa Luzia</i> | 61 |
| 4.3 | <i>A Biblioteca Pública de Santa Luzia em suas relações com o contexto social</i> | 62 |
| 5 | CONCLUSÃO | 91 |
| 6 | BIBLIOGRAFIA | 104 |

RESUMO

Análise da função da biblioteca pública na sociedade capitalista, considerando a ambigüidade do seu papel: a biblioteca pública é um recurso técnico de Estado que favorece a inculcação ideológica segundo os interesses da classe no poder, e, simultaneamente, é um instrumento auxiliar da construção de uma nova composição social.

o0o

ABSTRACT

Analysis of public library functions in a capitalistic society, taking into account the ambiguity of its role. In this context, it highlights the position of public library as a State's technical resource which favours ideological inculcation according to the interest of the social class in power and simultaneously works as an auxiliary instrument to build a new social composition.

1 INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Pelo presente estudo, analisamos a biblioteca pública enquanto produto histórico inserido no modo de produção capitalista. Examinamos esta instituição em suas relações com o contexto sócio-econômico e ideológico-político, procurando conhecer a sua dinâmica interna e as concepções que encobrem sua participação como instrumento de intervenção e controle exercido pela classe hegemônica.

Tomando as relações sociais em sua totalidade, levamos em conta as contradições inerentes aos sistemas centrados na divisão social e técnica do trabalho. Consideramos a articulação orgânica entre as relações infra-estruturais e superestruturais como fenômeno dialético, buscando compreender o papel do intelectual (em particular do bibliotecário) enquanto mediador das relações sociais.

Visamos desvelar o papel da biblioteca e abordar a ambigüidade de seu exercício: no discurso a biblioteca pública apresenta-se como recurso neutro de educação permanente. Concretamente, é um artifício que propicia a inculcação ideológica e a reprodução da força de trabalho; simultaneamente, constitui-se em um instrumento que auxilia a edificação da contra-hegemonia.

Nosso trabalho é realizado com base na teoria marxista e, como tal, lida com a essência, que é ocultada pela ideologia.

Com o intuito de obtermos uma visão mais ampla do papel da biblioteca, inicialmente recorreremos à revisão de literatura elaborada por Suzana P. M. Mueller¹. Este estudo

¹MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. p. 7-54.

nos fornece alguns marcos da biblioteconomia, reflete as nuances das práticas institucionais da biblioteca — desde a origem da biblioteca pública até a atualidade — e nos permite revelar a filosofia subjacente à institucionalização e ao funcionamento do recurso técnico em análise.

Examinamos a instituição em foco tendo como apoio o estudo de caso da Biblioteca Pública Municipal Tibúrcio de Oliveira. A mesma é, por nós, tratada de Biblioteca Pública de Santa Luzia, cidade onde se localiza.

A análise desta realidade determinada — a biblioteca acima referida — é direcionada pelas seguintes questões:

- 1 - Qual é o papel que a Biblioteca Pública de Santa Luzia desempenha na sociedade em que está inserida?
- 2 - Como se configuram a demanda e a utilização da Biblioteca Pública de Santa Luzia pela população da "parte alta" da cidade?

Para delimitarmos a área da pesquisa, primeiramente, recorreremos aos documentos oficiais, numa tentativa de obtermos um quadro geral do município: história, espaço geográfico, distribuição sócio-econômica e física da população, suportes da economia e, em particular, o sistema educacional, visto que a biblioteca pública é, oficialmente, um recurso de educação permanente. Para favorecer a delimitação, também coletamos informações básicas sobre a relação da instituição em estudo com a população do município em questão. Estas foram obtidas através de um estudo exploratório, quando utilizamos os seguintes instrumentos:

- entrevista com a bibliotecária
- observação do funcionamento da biblioteca
- questionário envolvendo usuários, não usuários e autoridades formais

Constatando que o município é formado de vários

e espalhados núcleos populacionais, os quais, em muitos casos, estão distantes da localização daquela biblioteca, e com base no conhecimento preliminar das práticas da mesma, restringimos a abrangência da nossa pesquisa em termos da denominada "parte alta" da cidade, área onde se encontra a biblioteca pública. Esta decisão justifica-se pela política adotada pela instituição, impossibilitando que seus serviços cubram toda a área geográfica de Santa Luzia.

Ac situarmos a biblioteca pública no contexto do todo social levando em conta o processo dialético das relações sociais, buscamos compreender a realidade desta instituição e fornecer contribuições para a formação e prática do bibliotecário. Pretendemos desvendar o oculto do seu exercício em função dos seguintes objetivos:

- verificar as relações dos usuários da instituição em estudo, que residem na "parte alta" da cidade de Santa Luzia, com a biblioteca pública local.
- conhecer as barreiras que interferem na utilização da mencionada biblioteca.
- propiciar a reflexão sobre o papel da biblioteca pública no sistema capitalista.
- fornecer elementos para melhor compreensão da biblioteca pública dentro do contexto brasileiro.

Como a nossa análise visa ultrapassar o empírico e desvelar a essência, o método adotado para coleta de dados obedece aos parâmetros da pesquisa qualitativa. Lançamos mão da observação e utilizamos a técnica da entrevista aberta, com base na problemática já apresentada. Esta escolha deveu-se ao fato desse instrumento conter maior poder para neutralizar o condicionamento das respostas. Portanto, procuramos evitar que a pergunta já contivesse, em si, a resposta, situação que favoreceria a tendência à aquiescência e a explicações de cará

ter individualista. Buscamos não submeter o entrevistando a uma realidade pronta e pré-determinada e, como tal, conduzimos as entrevistas no sentido de propiciar maior espaço para a manifestação da prática. Em última análise, tratando do conteúdo concreto da biblioteca, centramos a entrevista no entrevistando, visando favorecer a exteriorização da prática, e, assim, captar as contradições da relação pensamento/ação.

O conjunto das entrevistas cobre as seguintes categorias: usuários, funcionárias e direção da biblioteca, autoridades formais e informais do setor de administração pública e da área da educação. Iniciamos as entrevistas com os usuários e, posteriormente, entrevistamos as funcionárias e a diretora da referida instituição. Numa tentativa de melhor captarmos as contradições sociais, colhíamos informações com os usuários, buscávamos percebê-las sob o prisma das funcionárias e da direção e, então, repetíamos o ciclo das entrevistas. Este processo desenrolava-se por meio de recorrência ao referencial teórico, quando levantávamos hipóteses e procurávamos checá-las em uma realidade determinada; revíamos o corpo de teorias utilizadas, retornando, em seguida, ao campo de pesquisa. Numa segunda etapa, entrevistamos as demais autoridades formais e as autoridades informais.

O roteiro das entrevistas foi dirigido para levantarmos informações que nos possibilitassem identificar:

- a demanda e a utilização reais da biblioteca pública na sociedade capitalista
- o funcionamento concreto da Biblioteca Pública de Santa Luzia
- o papel da biblioteca pública na sociedade capitalista

Como já comentamos, a linha de investigação que adotamos se atém à teoria marxista, ou seja, ao referencial teórico que interpreta o todo social ao nível do concreto, procurando compreender a essência de uma realidade particular. In

vestigamos as relações sociais considerando a articulação orgânica entre a instância da infra-estrutura e a instância da superestrutura. Esta comporta a sociedade civil — momento ideológico — e a sociedade política — momento coercitivo. Como nosso objeto de estudo é o conhecimento da biblioteca, portanto instituição que funciona prevalecentemente pela ideologia, centramos a análise na superestrutura e mais especificamente na sociedade civil.

Buscamos em Marx e Engels e, principalmente nos teóricos da superestrutura, as explicações para desvendarmos as questões colocadas. Lançamos mão do estudo de Kosik para melhor subsidiarmos a compreensão do método dialético. O exame do papel da biblioteca pública é desenvolvido, sobretudo, com o auxílio das teses de Gramsci e Althusser. Devido a analogia entre a escola e a biblioteca, recorremos a Bourdieu e Passeron e a Establet e Baudelot, incorporando também contribuições de Jamil Cury. Nas elaborações de Lapassade e Lourau e Braverman encontramos elementos para entendermos os aspectos burocráticos das instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

que se depara com a "coisa em si" (estrutura), conforme a expressão de Kosik. Para se atingir a estrutura, é necessário efetuar-se, ao nível da abstração teórica, a decomposição do todo social e, em seguida, elaborar a sua reconstrução.

A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.³

Em última análise, como se procura examinar o oculto encoberto pela ideologia, já que a essência não se manifesta de imediato, o método dialético materialista tem o mérito de propiciar a investigação da contradição entre teoria e prática, a explicação desta dissociação, e de apontar caminhos para a construção da unidade pensamento/ação. Em outras palavras, instrumentaliza a transformação de uma dada realidade.

2.2 O todo social: composição, articulação e transformação das relações sociais

O materialismo histórico considera as relações sociais em conexão com o processo histórico. Trabalha com o todo social levando em conta a produção material da existência como determinante das relações entre os homens e a natureza e, simultaneamente, das relações dos homens entre si. Desta forma, o todo social é analisado com base em duas instâncias distintas: infra-estrutura — relações sócio-econômicas — e superestrutura — relações jurídico-políticas.

³KOSIK, Karel, op. cit., p. 14.

/.../ A estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, /.../ a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc., de cada período histórico.⁴

Portanto, o conteúdo e o funcionamento da superestrutura são organizados a partir de uma base material particular: são explicados no âmbito de uma formação histórica específica.

No processo concreto de composição, articulação e transformação das relações sociais, a infra-estrutura e a superestrutura formam um todo orgânico através de movimentos contraditórios: as relações sócio-econômicas condicionam as relações ideológico-políticas, e, simultaneamente, são condicionadas pelos níveis superestruturais. Em síntese, o todo social comporta a articulação dialética entre teoria e prática, a qual é originária do movimento e evolução da relação entre a base material e a base social. A contradição nasce da divisão social do trabalho, determinando a categorização dos homens em duas classes fundamentais, conforme a posição que se ocupa no processo de produção.

2.3 *Modos de organização dos homens em sociedade: produção da existência material e social centrada na relação de cooperação e na relação de dominação*

Os estudos feitos por Engels, sobre a história da humanidade, indicam que os homens, desde o estágio cultural selvagem, garantem a sobrevivência através do domínio e, mais tarde, da transformação do meio ambiente: os homens satisfazem as suas necessidades estabelecendo relações com a natureza.

⁴ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico, p. 52.

O primeiro facto histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um facto histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.⁵

A produção da existência material conduz os homens a estabelecerem, concomitantemente, relações entre si — "trabalho dos homens sobre os homens".⁶

/.../ A consciência da necessidade de entabular relações com os indivíduos que o cercam marca para o homem a tomada de consciência que vive efectivamente em sociedade.⁷

Como os homens se realizam socialmente, a produção da existência não é um facto natural, mas determinado pelo modo segundo o qual se organizam.

O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo facto de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. É mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenham o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central.⁸

Assim, a produção e reprodução das relações sócio-econômicas e, portanto, também das relações ideológico-políticas, são particulares a cada época, apresentando, inclusive,

⁵KARL, Marx & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. p.33.

⁶Ibid. p.44.

⁷Ibid. p.35.

⁸GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. p.39-40.

diferenças de sociedade para sociedade e dentro de um mesmo momento histórico. As mudanças são operadas a partir das necessidades geradas socialmente com base no modo de estruturação dos homens em uma formação social determinada.

Engels afirma que nos estágios pré-históricos a organização das sociedades é centrada no critério de cooperação: no estado selvagem predomina a apropriação de produtos de natureza, prontos para ser utilizados /.../⁹; enquanto na barbárie, aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano⁹. O traço comum é a ausência da hierarquização formal da divisão do trabalho. A propriedade e a produção têm caráter coletivo e, como tal, o consumo se realiza com base na participação direta do produtor: os homens produzem o que consomem e consomem aquilo que produzem. A circulação do produto é definida pelo valor de uso.

*A divisão do trabalho é então muito pouco desenvolvida e limita-se a constituir uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família.*¹⁰

Ainda na passagem da barbárie para a civilização, o modo dominante de organização das sociedades permanece assentado na apropriação comum e na divisão espontânea do trabalho. Como as relações sócio-econômicas não promovem o interesse pela acumulação de riquezas, a produção permanece limitada às necessidades básicas.

Estas formações sociais estruturando-se no princípio de igualdade — os homens são senhores da sua produção e senhores da circulação de seus produtos, isto é, agem a par-

⁹ENGELS, Friedrich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. p. 28.

¹⁰MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, op. cit., p. 196.

tir de interesses próprios — propiciam a produção da existência com base no critério de cooperação.

/.../ Enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente na civilização.¹¹

Continuando a análise da história da transformação das sociedades, Engels observa que o final do estágio da barbárie é marcado por mudanças profundas: a densidade populacional cresce vertiginosamente, as necessidades ganham grande impulso, em decorrência as técnicas são aprimoradas, e surge, na produção, o excedente econômico. Tais circunstâncias engendram a necessidade de recrutamento de maior contingente de força de trabalho, obtido através de guerras, nas quais o prisioneiro é transformado em escravo.

É neste panorama que ocorre uma ruptura no modo de organização dos homens em sociedade. Estabelecida a divisão entre os homens — senhores e escravos, ou dominadores e dominados —, inicia-se uma nova era: civilização. O modo dominante da produção da existência material e, portanto, o modo de organização das sociedades, passa a ser centrado nas relações de dominação/subordinação. São estas relações que dão origem às classes sociais.

Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.¹²

A relação de dominação traz em si e, simultaneamente, desencadeia o mecanismo de valor de troca dos produtos: o fetichismo da mercadoria obscurece o caráter social da produ

¹¹ENGELS, Friedrich, op. cit., p. 196.

¹²Ibid., p. 181.

ção, enquanto o caráter coletivo da propriedade é minado. A terra e os produtos são tomados por mercadoria, tornando-se passíveis de apropriação privada. O valor de uso é negado. A mais valia é institucionalizada. Prevalece o valor de mercado.

*Não se demorou a descobrir a grande "verdade" de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo. Mas os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independente da vontade humana.*¹³

A composição das sociedades sendo pautada na desigualdade concreta entre os homens força a destruição das relações de cooperação e a emergência da relação de dominação.

A cristalização da divisão do trabalho e, assim, o agrupamento dos homens em categorias sociais diferenciadas, ocorre com a ruptura da unidade entre atividade manual e atividade intelectual — a não correspondência entre o pensamento e a ação, entre a teoria e a prática.

*A divisão do trabalho só surge efectivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual.*¹⁴

Frente a estas condições, as idéias ganham autonomia, dissociando-se da ação, ou seja, é rompido o todo teoria/prática. A classe possuidora do capital detém o pensar, enquanto a classe detentora da força de trabalho, o fazer.

*A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de facto qualquer coisa sem representar algo de real. E igualmente a partir deste instante ela encontra-se em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", teologia moral, etc.*¹⁴

¹³ENGELS, Friedrich, op. cit., p. 187.

¹⁴MARX, Karl e Engels, Friedrich, op. cit., p. 37.

Decorrente da desarticulação entre a teoria e a prática — sustentáculo da estrutura de classe — a consciência passa a ser dominada pela ideologia da classe dirigente. As concepções hegemônicas são internalizadas, reforçando a distorção entre o pensar e o fazer.

*Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.*¹⁵

Este processo requer a mediação de um organismo e é, portanto, o fundamento do Estado.

2.4 O Estado burguês

O modo de produção capitalista é organizado em torno de duas classes fundamentais: classe detentora do capital — burguesia — e classe detentora da força de trabalho — proletariado. Esta, por ser expropriada dos meios de produção, para garantir a sobrevivência, é forçada a vender a sua força de trabalho. Quanto à pequena burguesia — grupo intermediário que não se opõe nem à classe dominante, nem à classe subordinada — tende, nos momentos de definição política, a estabelecer alianças com a classe no poder.

Sendo os interesses da burguesia e do proletariado incompatíveis, a relação entre classes tem caráter antagônico. Este impasse justifica o Estado, recurso de realização, garantia e legitimação da relação dominação/subordinação.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma He-

¹⁵ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, op. cit., p. 55-6.

gel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.¹⁶

Este conceito de Estado vem elaborado no interior da teoria marxista. Fundamentado na categoria classe social, expressa o concreto. Simultaneamente, deixa entrever a concepção liberal. Esta prende-se ao empírico e desconhece a luta de classes, isto é, considera a sociedade como um todo harmônico. Coloca o Estado como uma representação universalista em pro do bem comum.

No âmbito da teoria marxista, cabe a Gramsci ampliar a visão de Estado, formulando sua tese com base na definição de bloco histórico.

*A articulação do bloco histórico permite, pois distinguir metodologicamente duas esferas complexas: a estrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica e política, cujo vínculo orgânico é assegurado por uma camada social diferenciada, os intelectuais.*¹⁷

Retomando os conceitos sobre a composição do todo social, essa colocação reforça a negação da distinção entre a instância da infra-estrutura e a instância da superestrutura. A mesma é uma abstração teórica que, na prática, tem função estratégica. Reafirma que as relações sócio-econômicas são determinantes, por excelência, e que o momento superestrutural tem

¹⁶ENGELS, Friedrich, op. cit., p. 191.

¹⁷PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. p. 59.

autonomia relativa frente a esta determinação. As relações sócio-econômicas condicionam as relações ideológico-políticas e, ao mesmo tempo, são por elas condicionadas.

Gramsci trabalha com a relação teoria/prática considerando que a contradição pensamento e ação origina-se da forma de articulação entre infra-estrutura e superestrutura. O vínculo orgânico é realizado através da atividade dos intelectuais, sendo a ideologia, no capitalismo, responsável pela sustentação da distorção entre o fazer e o pensar. Acentua-o desvio entre posição econômica e posição ideológica.

Ao nível da superestrutura Gramsci situa a sociedade civil e a sociedade política, que compõem uma unidade dialética: o Estado.

/..../ Pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico".¹⁸

A sociedade política comporta a função da repressão, da garantia das relações sócio-econômicas pela força. A dominação assume a forma de leis, normas, multas, polícia, prisões, tribunais, etc. A sociedade civil é o momento do exercício da hegemonia por meio do consenso em torno da concepção de mundo da classe fundamental economicamente. Abrange o domínio dos organismos que elaboram e difundem a ideologia. Sua função consiste em legitimar as posições de classe e, como tal, garante que as relações sociais de produção se realizem pela dominação.

Em outras palavras, a relação orgânica entre sociedade civil, que opera por meio da ideologia, e sociedade po-

¹⁸GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. p.10-1.

lítica, através das ações coercitivas, levando em conta os condicionamentos sócio-econômicos, é que, em seu conjunto, definem a forma e o conteúdo do Estado. Mais precisamente, o Estado é composto pelo exercício da sociedade civil e da sociedade política.

A contribuição original de Gramsci consiste em atribuir aos intelectuais a função de garantir a direção moral e intelectual da sociedade sob uma ideologia particular. São, portanto, agentes da superestrutura. No sistema capitalista compete aos intelectuais, representantes da burguesia, assegurar a relação de dominação.

Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹³

Como já foi dito, no processo histórico, a sociedade civil e a sociedade política funcionam organicamente articuladas. Segundo Gramsci, nas sociedades de capitalismo avançado o exercício da sociedade política é ditado pela situação de hegemonia, isto é, pela coesão ideológica. A ação do aparelho repressivo supera a força da ideologia somente nos momentos de crise hegemônica.

Como nestas formações sociais a sociedade civil exerce primazia sobre a sociedade política, ou seja, a ideologia fundamenta a materialização das relações sócio-econômi-

¹³GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 11.

cas, a conquista do Estado passa, inicialmente, pela sociedade civil. Deste modo, o domínio dos organismos culturais representa o ponto de partida estratégico para a superação da estrutura de classes: é a sociedade civil, através da atividade dos intelectuais, o palco de elaboração da contra-hegemonia. A atividade dos intelectuais é o suporte e elo da edificação de uma nova composição social.

Portelli, analisando o conceito de Estado em Gramsci, observa:

/.../ a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais.^{2º}

Cabe aos agentes da burguesia, como meio de ocultação da relação de dominação, forjar a representação universalista do Estado. Impõem a coesão ideológica, segundo os interesses da classe detentora do capital.

Contudo, como o proletariado não se realiza na ideologia dominante, não se submete passivamente ao Estado. Gramsci atribui aos intelectuais vinculados à classe subordinada o papel de desvendar o oculto das relações sociais, obscurecido e legitimado pela ideologia — substanciar a resistência à ordem estabelecida.

Quanto à questão da manifestação da ideologia, esse teórico verifica que a mesma assume formas diferenciadas a partir da posição de classe:

- filosofia, concepção de mundo elaborada e organizada, correspondendo ao modo de expressão da burguesia
- senso comum, concepção de mundo assistemática — "acumulação de conhecimentos popula-

^{2º} PORTELLI, Hugues, op. cit., p. 36.

- res — identificando-se, com a maneira de expressão da classe dominada
- folclore, concepção de mundo menos trabalhada que o senso comum

Frente à fragmentação do senso comum, subtrato da ideologia da classe detentora da força de trabalho, compete, por excelência, aos intelectuais representantes desta classe, dar sistematização e coerência as idéias do senso comum, isto é, favorecer a elaboração de um saber que lhe seja próprio. Atuando nesta direção, contribuem para fortalecer a contra-cultura.

Os agentes da superestrutura, a serviço da burguesia, assumem, então, as reivindicações do proletariado à medida que esta classe organiza-se enquanto força política. A incorporação das contestações ao regime justifica-se também como artifício de dissimulação do amadurecimento das contradições sociais. Postas como concessão, são esvaziadas da conotação política, resgatadas pelo Estado e apresentadas como manifestação da sua representação universalista. Decorrente do conteúdo ético-político do Estado, a resistência das forças opostas é assimilada nos limites dos interesses da classe no poder e, ao mesmo tempo, é indicador do avanço do proletariado. Uma elaboração de Paul Singer auxilia-nos elucidar esta questão.

*A burguesia só abriu mão de parte de sua autonomia, enquanto classe dirigente no plano econômico, permitindo ao Estado, pôr em prática políticas de conjuntura, porque o agravamento das crises e o prolongamento das depressões tendia a radicalizar as posições do movimento operário, pondo em perigo a existência da burguesia como classe dominante.*²¹

Na análise do papel do Estado, Althusser aproxima-se de Gramsci, desenvolvendo sua tese sobre as funções dos organismos da superestrutura.

²¹SINGER, Paul. O que é socialismo hoje. p. 20.

Na visão daquele teórico, o Estado é composto de Aparelhos Ideológicos — AIE — e Aparelho (Repressivo) de Estado. Estas duas categorias de recurso de Estado são imprescindíveis à manutenção das relações sociais: compõem uma unidade de controle, a qual busca dar suporte ao poder econômico da classe dominante. Entretanto, o exercício dos mesmos é diferenciado.

O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho Repressivo de Estado "funciona pela violência", enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado "funcionam pela ideologia".²²

Porém, concretamente, ambos Aparelhos de Estado comportam, simultaneamente, a força da ideologia e a força da coerção. Na primeira categoria predomina o poder de inculcação, enquanto na segunda há primazia do exercício da repressão.

/.../ Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalecente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico).²³

Deste modo, cada aparelho contém exercício duplo — "de maneira prevalecente e de maneira secundária".²³

Discorrendo sobre a pluralidade dos AIE, Althusser verifica que esta remete ao aparente: a imediata multiplicidade dos mesmos, frente à função que desempenham, representa uma unidade. As instituições tais como família, escola, igreja, imprensa, etc., bem como a biblioteca, embora contendo exercícios peculiares, expressam, através da prática, uma identidade de objetivos. O conjunto aparentemente disperso implica em um to-

²²ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. p. 46.

²³Ibid., p. 47.

do: todas as formas de instituições e, portanto seus respectivos meios, vi sam inculcar a ideologia da classe no poder, isto é, buscam conservar a ordem estabelecida.

Analisando a força dos AIE e do Aparelho (Repressivo) de Estado, Althusser desconhece a possibilidade de transformação da sociedade a partir dos AIE. Postula que, somente o Estado é capaz de engendrar as condições para a edificação de uma nova composição social. Prega, assim, que a conquista do Estado passa, inicialmente, pelo Aparelho Repressivo. Enquanto Gramsci acentua a necessidade do controle ideológico, antes da tomada do poder, Althusser defende uma estratégia contrária. Apesar de negligenciar o poder da ideologia para a construção da contra-hegemonia, este teórico não nega a sua força para a consolidação das relações sociais.

/.../ Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.²⁴

Quanto ao poder de inculcação, Althusser observa que no desenvolvimento das forças produtivas, nos países de capitalismo avançado, a escola assume o lugar que a igreja ocupava nas formações pré-capitalistas: seu alcance doutrinário a coloca em posição dominante — Aparelho Ideológico nº 1. Cobrindo todas as classes e transmitindo conhecimentos sistemáticos, repassa — desde a tenra idade, fase em que os homens são mais vulneráveis à interiorização de valores — a concepção de mundo que interessa a classe hegemônica. Nos países de capitalismo periférico, onde a escola ainda não atingiu a todos, ela divide essa primazia com outros aparelhos. No caso do Brasil, a igreja tem uma influência muito forte.

Concretamente, cabe à escola desempenhar dupla função: inculcar a ideologia e, concomitantemente, reproduzir

²⁴ALTHUSSER, Louis. op. cit., p. 49.

a força de trabalho. Portanto, a essência do papel dos AIE, no modo de produção capitalista, é garantir a reprodução da estrutura de classe. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas, levando em conta a organização da classe trabalhadora, condiciona a feição que os AIE tomam em um dado momento.

Para assegurar o papel oficial da escola, o Estado impõe a transmissão de conhecimentos tidos como objetivos: valoriza a abordagem tecnicista, enquanto propaga a neutralidade da técnica. Neste processo, a essência das relações sociais é ocultada, conforme nos indica Carlos Jamil Cury:

pelo ensino, os operários podem ficar melhor inteirados do como da produção. E guarda a possibilidade de revelar o porquê de todo o sistema produtivo, possibilidade essa não realizável sob o capitalismo sem que se negue a si próprio(...).²⁵

Atendendo aos interesses da classe fundamental economicamente, o processo de aprendizagem sufoca a emergência da reflexão. Compete ao professor impor idéias, normas, valores e comportamentos e ao aluno internalizá-los. O papel da escola fundamenta-se em moldar e condicionar a sociedade: "ensinar" às classes quais devem ser suas necessidades, seus padrões.

A escola quer formar, quanto a classe subalterna, o cidadão dócil e o operário competente. A coesão que quer tirar dessa contradição se autoproclama na escola como transmissão de conhecimentos apolíticos, acima e por cima das classes, a serviço de todos e voltada para o atendimento do potencial de cada um como indivíduo. Por isso, a função técnica não se funda em si, e nem se resolve nela mesma. Ela se distingue (didaticamente) da função política, mas não está separada dela /.../. Esse envolvimento significado de acordo com o ponto de vista de classe, situa o educativo no político, e o refere ao econômico.²⁶

²⁵CURY, Carlos R. Jamil. Educação e contradição; elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo. p. 72.

²⁶Ibid., p.72-3.

Nesta perspectiva, a escola incorpora as pressões sociais enquanto implicam em mudanças superficiais. Adapta o exercício pedagógico ao momento particular, mas sem abandonar o conteúdo tradicional.

Na medida em que refere e produz a separação da teoria e prática, da cultura e da política, do saber e do trabalho, a função da educação sob a hegemonia burguesa não muda substancialmente. Ela quer a estabilização do sistema capitalista pela desarticulação da cultura operária.²⁷

Assim, o processo educativo é desenvolvido em bases que buscam ocultar a função oficial da escola, escamoteando que este recurso objetiva assegurar a relação de dominação. Novamente Althusser evidencia esta questão:

os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante; uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia. /.../²⁸

Os estudos de Reich, embasados nas teses freudianas e marxistas, indicam-nos que a força da ideologia reside no fato de ser incutida durante a primeira infância — fase de formação da personalidade. A imposição das concepções iniciando-se na faixa etária em que a personalidade é formada, provoca a assimilação dos valores ao nível do inconsciente, ou seja, a internalização alcança o estrato mais profundo da psique. Portanto, a repressão, já ocorrendo nessa fase, condiciona a história do sujeito. Resulta em submissão, inibindo a exteriorização das insatisfações e, como tal, a manifestação de idéias coerentes com a posição de classe. A ideologia, entranhando-se na estrutura psíquica, faz com que as concepções he-

²⁷ CURY, Carlos R. Jamil, op. cit., p.

²⁸ ALTHUSSER, Louis, op. cit., p.67.

gemônicas dominem o consciente e, assim, legitima o desvio entre posição econômica e posição ideológica — reforça a ruptura da unidade teoria/prática. Favorecendo a alienação, capacita-se como força material. É uma força de caráter conservador e, deste modo, bloqueia a reflexão, sujeitando os homens às posições de valor universal: distorce a realidade, justifica a dominação, impedindo a adesão aos movimentos de resistência.

*A ideologia de cada formação social não tem por única função reflectir o processo econômico dessa sociedade, mas também a de enraizar nas estruturas psíquicas dos homens dessa sociedade. Os homens estão sujeitos às próprias condições de existência de duas maneiras; de maneira directa, pela repercussão imediata da sua situação econômica e social, e de maneira indirecta, pela estrutura ideológica da sociedade; têm portanto que desenvolver sempre na sua estrutura psíquica uma contradição que corresponde à tradição que existe entre as repercussões da estrutura ideológica da sociedade.*²⁹

Apesar de o poder da ideologia condicionar a história de vida do sujeito, frente ao antagonismo entre as classes sociais, o papel dos organismos da sociedade civil, conforme postula Gramsci, não se esgota na sua função determinada. Simultaneamente tais organismos representam instrumentos de construção da contra-hegemonia. Face a esta ambigüidade, e considerando os agentes da superestrutura como mediadores das relações sociais, compete aos intelectuais representantes da classe trabalhadora, no exercício de suas atividades, desvendar as relações de dominação.

A educação pode tornar-se um saber-instrumento que possibilite o caminho do visível ao invisível, do fenómeno ao estrutural e, com isso, superar o caráter ambíguo dessa contradição. Depende da função política que ela assumir [...]. A possibilidade de que a educação assumira a função de arma crítica existe porque a reprodução

²⁹ REICH, Wilhelm. Psicologia de massa do fascismo. p.21.

das relações sociais de produção não é mera repetição das mesmas, nem mesmo uma reprodução reiterativa, mas uma reprodução ampliada, que levã consigo as contradições existentes na sociedade. E como as contradições em certo nível geram problemas, manifestos ou não, fica em aberto a questão da explicação dos mesmos.³⁰

³⁰CURY, Carlos R. Jamil. op. cit., p. 103-8.

3. ORIGEM E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA;
releitura da revisão de literatura elaborada por Suzana Mueller.

3. ORIGEM E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA: releitura da revisão de literatura elaborada por Suzana Mueller

Mueller inicia seu trabalho de revisão de literatura descrevendo o cenário da institucionalização das bibliotecas públicas nos seguintes termos:

Os serviços aos usuários oferecidos por bibliotecas começaram a ser organizados de maneira sistemática a partir da emergência das bibliotecas públicas (século XIX), elas próprias resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização dos séculos XVII e XIX.¹*

Tendo por alavanca a Revolução Industrial, exigindo qualificação mais apropriada da força de trabalho, e visando manter o novo modo de produção, impõe-se a necessidade do ensino formal como meio de aperfeiçoamento individual e de desenvolvimento nacional. Neste contexto, a biblioteca pública apresenta-se como mais um artifício de garantia da democratização do saber.

Sobre este tema, no sentido de tornar melhor compreendida a realidade do final do século passado, recorreremos a uma antologia que reflete o pensamento de Marx e Engels.

O desenvolvimento da revolução industrial e o triunfo do liberalismo trouxeram consigo uma transformação fundamental do aparato escolar [...]. As necessidades tecnológicas produzidas por mudanças ocorridas nas forças produtivas e por outro lado, as exigências liberais, de entender a educação e o conhecimento como condição da igualdade entre todos os cidadãos determinaram a institucionalização, extensão e profundização do aparato escolar.²

¹MUELLER, Suzana P.M., Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação e papéis da biblioteca. p. 9.

²MARX & ENGELS; textos sobre educação, p. 9.

* Em virtude do desenvolvimento das forças produtivas, a ideologia liberal postula a igualdade entre os homens e, simultaneamente, favorece a emergência de manifestações de resistência ao regime em vigor. Estas são mobilizadas para a universalização da educação. Em contra-partida, o Estado passa a exercer maior controle sobre a instrução: a educação familiar, religiosa e gremial deixam de ser dominantes, a educação erudita cede lugar à educação técnica, e a biblioteca pública ganha força, surgindo, nos meados do século XIX, na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, a primeira lei que institucionaliza este recurso técnico de Estado. Oficialmente é colocada como instrumento que contribui para assegurar a educação.

Portanto, a origem da biblioteca pública não se esgota nas necessidades postas pelas relações sócio-econômicas. Temos que levar em conta também o amadurecimento das contradições sociais: o proletariado sendo alijado do processo educacional, diante da conjuntura então vigente, pressiona para ter maior acesso à escolaridade. Nesta perspectiva, a biblioteca pública, ao mesmo tempo, tem o significado de um recurso que atende às exigências desse presente estágio do modo de produção capitalista, bem como de resposta às reivindicações em torno da democratização da cultura.

Contudo, a proposta da biblioteca pública, enquanto resposta aos anseios da classe trabalhadora, é resgatada pelo Estado que impõe a forma e o conteúdo a serem adotados pela instituição nos limites da relação pressão social/interesse da burguesia. Esta constatação fica clara através de outra citação de Mueller.

Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia.³

Em outras palavras, apesar de a implantação da instituição em foco também decorrer de posições contrárias à

³MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 9.

ideologia do Estado, concretamente seu exercício não é organizado para atender às expectativas do proletariado, embora esta classe seja colocada, no discurso, como a principal justificativa da existência da instituição.

Mueller, com base no pensamento de Stanley Jevons, evidencia o papel atribuído à biblioteca pública.

Inspirado por idéias liberais e pelo pensamento utilitário de "auto-ajuda" e do conceito de "bom investimento social", Jevons defendeu a manutenção de bibliotecas públicas através de impostos, argumentando ser este um exemplo claro do princípio da "multiplicação da utilidade". Sua defesa ressaltava o baixo custo de um investimento que permitiria dar ao povo acesso à boa literatura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter "homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes", e portanto fora das prisões, tribunais e asilos. [...] As bibliotecas poderiam provocar em seus leitores um hábito e gosto pela boa leitura, e assim dar continuidade ao trabalho "civilizatório iniciado pela escola primária" ⁴

Perante o Estado burguês, compete à biblioteca pública recrutar para seu interior a classe marginalizada pela estrutura de dominação. Tem por função colaborar para o processo de ideologização e, em segundo plano, contribuir para a qualificação da força de trabalho. Em última instância, o Estado, através da atividade dos intelectuais, destina a essa instituição o papel de favorecer a reprodução das relações sociais. Mueller reforça nossa colocação.

Notamos no pensamento de Jevons a visão da biblioteca como instrumento para manter a ordem pública. ⁵

Embora, como recurso técnico de Estado, a biblioteca pública represente um instrumento de perpetuação

⁴MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 9-10.

⁵Ibid., p. 10

do sistema estabelecido, ela é questionada pela linha liberal conservadora. Mueller, referindo-se, ainda, a Jevons, salienta:

*Nem todos seus contemporâneos acreditavam na utilidade das bibliotecas, alguns temendo até que fossem perigosas para a sociedade. Temiam que o excesso de leitura de romances, pelos operários, poderia afetar-lhes a disposição para o trabalho.*⁶

A oposição ao funcionamento da biblioteca pública é um indicador de que sua função transcende ao seu papel de terminado, revelando a possibilidade dessa instituição auxiliar a retomada da unidade teoria/prática: a biblioteca pública pode contribuir para instrumentalizar o proletariado com vistas à edificação de uma nova ordem.

Porém, as concepções que fundamentam a sua organização fazem com que seu exercício inscreva-se, sobretudo, dentro dos moldes da classe no poder.

*Jevons contra argumentava ser já muito tarde "para reprimir o dilúvio de revistas de baixa qualidade" posto ao alcance de qualquer um. Na sua opinião, o melhor era combater o efeito pernicioso destas revistas mediante um suprimento gratuito "... de (literatura) pura e inofensiva, muitas vezes de excelente valor moral e intelectual."*⁷

Considerando por ora os Estados Unidos, Mueller passa a discorrer sobre a realidade da biblioteca pública neste país.

*Mais ou menos na mesma época, fins do século XIX, a biblioteca pública estava sendo defendida e promovida nos Estados Unidos. Mas lá os argumentos eram diferentes, originados na fé na educação como base fundamental para a democracia.*⁸

⁶ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.10.

⁷ JEVONS, Stanley. The rationale of free public libraries, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.10.

⁸ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 10.

Ao nível do concreto, as razões que impõem a institucionalização da biblioteca pública, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, sobrepõem-se: em ambos os países, a implantação do recurso técnico em análise se justifica pelo avanço das relações econômicas, tendo como suporte ideológico a Revolução Liberal. Os argumentos diferem em termos do aparente, identificando-se quanto à essência.

Melvin Dewey reflete a postura dos intelectuais liberais norte-americanos no meado do século passado.

*... chegamos a um reconhecimento que educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, o mudo e o cego, para os defeituosos e os delinquentes, que na antiga concepção eram deixados à margem.*⁹

Mueller ressalta que o pensamento de Dewey fundamenta-se na concepção de que a biblioteca pública é "um meio capaz de espalhar a educação, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos, independente de capacidades individuais"¹⁰

A citação de Dewey, bem como a interpretação de Mueller, reafirmam que as idéias que nortearam a criação das bibliotecas públicas nos Estados Unidos correspondem às da Inglaterra. Assim, nosso argumento é reforçado pela autora da revisão de literatura.

*estes dois autores /Jevons - EUA e Dewey, Inglaterra/ exemplificam as expectativas dominantes no final do século passado, acerca da biblioteca pública. A ela era atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes. Esperava-se que os recursos investidos nas bibliotecas públicas dessem dividendos em termos de ganhos sociais e para tanto seus serviços deveriam ser orientados.*¹⁰

⁹DEWEY, Melvin. The relation of the State to public library, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 11.

¹⁰MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 13.

Vê-se que no discurso compete à biblioteca pública atender às conveniências da classe subalterna, porém como a prática de sua política é dirigida para submeter o proletariado às exigências das relações de produção, finda por servir à burguesia. Em última análise, seu papel determinado — fortalecer a coesão ideológica — conduz à legitimação dos interesses hegemônicos e, como tal, à sujeição da classe trabalhadora à estrutura de dominação.

Para assegurar à biblioteca pública o cumprimento de seu papel oficial, impõe-se a necessidade do controle do conteúdo das leituras: busca-se eliminar do acervo os escritos pouco elaborados, denominados vulgarmente de "literatura popular" — leituras de escape. Com a justificativa de que a mesma empobrece o indivíduo e a nação, lança-se mão de critérios para selecionar o acervo. Ao nível do aparente, a excelência da qualidade visa o bem comum; no plano da essência, objetiva manter a relação de poder.

O controle do conteúdo das leituras representa um mecanismo de tal importância na garantia do papel tradicional da biblioteca pública, que Dewey atribui, como principal tarefa do bibliotecário, a função de "excluir o pernicioso" do acervo da instituição em análise. Negando o antagonismo entre as classes, postula que os intelectuais atuando nesta direção contribuem para "o bem do indivíduo e do Estado". E, ainda, adverte:

*naturalmente nenhuma biblioteca tenciona circular livros perniciosos, mas também nenhuma cida de tenciona distribuir água contaminada.*¹¹

A preocupação constante com a fixação de critérios de seletividade, possibilita-nos revelar:

- o poder ideológico-coercitivo do Estado
- a força da ideologia enquanto instrumento de

¹¹DEWEY, Melvin, op. cit., apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 12.

coesão que conserva e legitima a direção moral e intelectual da sociedade pela classe no poder

- o papel mediador dos intelectuais
- a ambiguidade do papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado, apontando a possibilidade dos intelectuais, vinculados à classe dominada, elaborarem uma concepção de mundo que propicie a construção da contra-hegemonia

A necessidade de o Estado utilizar mecanismos de censura sobre as leituras, reflete também a contradição entre o aparente e o concreto da biblioteca pública. Os critérios seletivos são artifícios que buscam atrair a classe detentora da força de trabalho para o projeto econômico-político da classe possuidora do capital. A "literatura popular" é retirada da biblioteca como meio de "educar" o proletariado. Esta interferência deixa entrever que a sociedade capitalista comporta, em si, classes cujos interesses são inconciliáveis. Portanto, o próprio posicionamento a favor dos controles, desmistifica a ideologia reinante, que é respaldada no princípio do atendimento ao bem comum.

Seguindo a periodização feita por Mueller, passamos a retratar o início do século 20.

Acompanhando a evolução da sociedade nos primeiros anos deste século, a preocupação inicial da biblioteca pública com a educação expandiu-se, tornando-a culturalmente mais ampla.¹²

Esta citação sugere que o contexto vigente na época determina que a biblioteca pública não mais se restrinja ao objetivo inicial que deu suporte à sua institucionalização: além de complementar a educação, assume a função de difundir a cultura. Uma citação de John Cotton Dana, um dos intelectuais

¹²MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 13.

do período em estudo, substancia a análise da fase ora vista, bem como reafirma o exercício tradicional da biblioteca.

Acredito que as bibliotecas sejam para os eruditos... acredito que as bibliotecas sejam para dar prazer... acredito que bibliotecas sejam também para outros objetivos... que deveriam ser um estimulante mental da comunidade; deveriam ajudar a transformar o velho em novo; o estranho em tolerável; o novo em questionável, e tornar todas as coisas maravilhosas. /.../ Nos livros de uma biblioteca se encontram todos os interesses da vida ... /e/ é uma das obrigações da biblioteca mostrar à sua comunidade que isto é verdade; que em seus livros estão todos os pensamentos, feitos, e sonhos dos homens e que através de seus livros todos podem adquirir uma visão integral das coisas.¹³

Em virtude de o acervo da biblioteca pública ser definido pelos agentes do Estado, as leituras oferecidas retratam os interesses dominantes: a instituição favorece a preservação da ordem em vigor.

Acrescentamos, em seguida, uma citação de Mueller, na qual ela interpreta o pensamento de Dana.

Na verdade, Dana creditava uma missão mais alta à biblioteca, pois ao oferecer benefícios imediatos à comunidade, como a satisfação de interesses diversos e a promoção da educação, a biblioteca estaria de fato contribuindo para um melhor entendimento e tolerância entre os homens.¹⁴

Lidando, simultaneamente, com a citação de Dana e a interpretação de Mueller, verificamos que a expansão da proposta da biblioteca pública, nas bases em que é defendida, tem o significado de um mecanismo que visa contornar as tensões sociais. Escamoteando a censura sobre as leituras e negando o antagonismo entre as classes — a biblioteca deve contribuir para

¹³DANA, John Cotton. Many sided interest; how the library promotes it, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 13-4.

¹⁴MUELLER, Suzana O.P., op. cit., p. 14.

uma maior compreensão entre os homens — Dana sugere que a ampliação das atividades dessa instituição deva ocorrer nos limites dos interesses da classe dirigente.

Sendo os AIE permeados pelas contradições sociais, a incorporação de novos objetivos também auxilia a atuação da biblioteca enquanto recurso de contra-hegemonia: estendendo seu raio de ação, a instituição oferece maiores possibilidades de acesso do saber, contribuindo para a democratização. A ambiguidade do papel da biblioteca pública está encoberta em outra citação de Mueller.

A evolução dos objetivos da biblioteca pública, inicialmente restritos à "boa causa" da educação, ampliando-se gradualmente para a cultura em geral, inclusive lazer, não foi acompanhada de aprovação geral. /.../ Com a popularização das bibliotecas, vieram também as críticas. O fato de estarem as bibliotecas públicas oferecendo, com dinheiro público, muita literatura popular, julgada potencialmente perniciosa, causou muitas discussões. Temia-se que esta literatura popular viesse a "... diluir a mente /do povo/.¹⁵

Apesar da insatisfação dos intelectuais tradicionais — linha liberal conservadora — prevalecem os preceitos progressistas: a biblioteca pública centra seu exercício na educação, mas passa a incorporar atividades relacionadas com a cultura geral e o lazer. A nossa constatação é reafirmada através da interpretação feita por Mueller, a partir do pensamento de Hebert Putnam, bibliotecário-chefe da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Ele achava inevitável a inclusão da literatura popular nas coleções das bibliotecas. Na sua opinião, o problema era antes "o quanto". Reconhecia o valor da boa literatura, mas não acreditava ser possível às bibliotecas irem além da manutenção dos padrões morais e intelectuais que as condições de sua época permitissem.¹⁶

A citação acima deixa entrever que a época retratada é marcada pelo avanço das conquistas da classe subalter

¹⁵MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 14-5.

¹⁶Ibid., p. 16.

na, embora a proposta de Putnam remeta-nos às idéias liberais. A censura do acervo não é negligenciada e a seleção das leituras permanece sob o domínio da classe fundamental: é preferível oferecer "literatura popular" "selecionada", que dar margem à classe trabalhadora de determinar o que ler. Através do cuidado com o "quanto", a biblioteca pública responde aos anseios do proletariado e, concomitantemente, mantém a vigilância sobre a literatura vista como prejudicial à concretização das conveniências da classe no poder. Portanto, o modo pelo qual caminha a democratização da instituição em análise, esta visa reforçar a legitimação da representação universalista do Estado burguês. A classe dominada continua a deparar-se com as restrições comentadas, que se apresentam encobertas por novo discurso e revestidas de novas formas.

No entanto, o relaxamento do controle das leituras, mesmo sendo operado pelos intelectuais representantes da burguesia, abre espaço para a circulação das idéias contra-hegemônicas. Em outras palavras, contribui para a materialização dos interesses da classe detentora da força de trabalho.

Dando continuidade ao seu estudo, Mueller assinala outra faceta das propostas ocorridas no âmbito da biblioteca no início deste século. Ainda, Putnam defende uma mediação mais direta entre o bibliotecário e o usuário.

O bibliotecário que conhece seus livros "... os relaciona com as necessidades do leitor, ser humano atual. É mais na eficiência desta relação humana do que na de catálogos e classificações ... que nossa oportunidade exclusiva como bibliotecários reside agora".¹⁷

Considerando que o ponto de partida da relação bibliotecário/usuário é o conhecimento do acervo para, posteriormente, adequar o livro ao leitor, as idéias de Putnam permitem-nos inferir que as mesmas refletem os interesses da burguesia. É a inversão desta relação — o ponto de partida deve

¹⁷PUTNAM, Hebert. 'Per contra', MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 16.

ser o conhecimento do usuário — que auxiliaria a biblioteca a responder às expectativas da classe trabalhadora. Não sendo esta situação conveniente ao projeto da classe dirigente, Putman lida com a exigência de mudanças, mas atendo-se à essência dos princípios liberais.

A citação de Putnam, acima colocada, propicia-nos voltar à questão da distância entre o discurso e o concreto da biblioteca. A esse respeito, sustentamo-nos em um trabalho, que data de 1984, de autoria de Anna da Soledade Vieira.

Durante as três últimas décadas vimos os rótulos se alterarem — Biblioteconomia, Documentação, e Ciência da Informação — com matizes sutis na definição de campos. Contudo o que se evidenciou com o passar do tempo foi que a profissão se fossilizava e que nela não havia lugar para novos conhecimentos, novas atitudes [...]. O tecnicismo impera como valor da formação profissional (enquanto na Universidade) e do próprio exercício da atividade bibliotecária [...].¹⁸

Assim, no decorrer da história da biblioteconomia, as mudanças são em termos de forma e ao nível da superfície. As "reformas" acontecem no limite da preservação do conteúdo burguês. Visando conservar as relações de classe e, como tal, retirar do bibliotecário o seu papel de agente histórico, as técnicas continuam altamente valorizadas, interpondo-se na relação bibliotecário/usuário de modo a propiciar o distanciamento e a propagação da neutralidade da técnica.

O apego à abordagem tecnicista, repassado, principalmente, pelo sistema educacional, justifica-se pela necessidade de uma formação acrítica, pois a não emergência da reflexão contribui para a homogeneização da sociedade em torno dos valores, normas, idéias e comportamento dominantes. A ênfase dada à técnica fortalece a separação entre o fazer e o pensar, enquanto o discurso acerca da sua neutralidade escamoteia

¹⁸VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. p. 81-2.

a aliança dos intelectuais da pequena burguesia com a burguesia. O Estado força a transmissão de conhecimentos rotulados de objetivos, enfatizando os aspectos técnicos, e, desta forma, dentro de uma visão fragmentada. O saber que concerne ao social é considerado secundário e, simultaneamente, distorcido, ocultado ou negado, esvaziando a conotação política que se encerra na técnica.

Retomando a análise de Mueller, entramos na década de 1930, quando é salientada a criação da Escola de Pós-graduação em Biblioteconomia, implantada em Chicago, no final dos anos vinte. Segundo essa autora, a Escola de Chicago é o marco da origem das reflexões acerca da filosofia da área.

As consideradas novas idéias da biblioteconomia são manifestadas através de Pierce Butler, ao definir o papel que cabe ao bibliotecário.

/É/ meramente o guardião dos arquivos culturais da sociedade. A responsabilidade que ele assume com seu posto é de explorar estes arquivos para o bem comum, ao máximo de sua capacidade. Assim, uma fase importante do trabalho bibliotecário prestado ao indivíduo será orientá-lo para que alcance, com eficiência, seus próprios objetivos particulares, desde que tais objetivos não sejam anti-sociais, e protegê-lo contra perda de seu trabalho com atividades pouco proveitosas em relação ao seu próprio desejo imediato.¹⁹

Mueller, destacando um estudo de Guy A. Marco, observa que ele constata "a insistência de Butler em considerar a sociedade, e não o indivíduo, como seu objetivo principal".²⁰ Entretanto, a citação de Butler, por nós mencionada, inclusive no plano da terminologia, indica-nos que esse teórico não inovava o discurso oficial: lida com a categoria indivíduo, insinua

¹⁹BUTLER, Pierce. An introduction to library science, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 19.

²⁰MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 20.

que o sistema capitalista não se apoia na divisão social e técnica do trabalho e deixa entrever que a prática, que nega os interesses da burguesia, provoca tanto conflitos sociais, como individuais. Suas idéias giram em torno do "bem comum", "objetivos particulares" e do "anti-social". Em última análise, a referida citação permite-nos inferir que a filosofia da biblioteconomia é fundamentada nas concepções que favorecem o continuísmo da estrutura de classe.

Recorrendo a J. Periam Danton, outro discípulo da Escola de Chicago, fortalecemos nossa interpretação.

*As metas e os objetivos maiores da biblioteconomia, assim como de qualquer elemento da sociedade humana devem ser derivados dos ideais predominantes naquela sociedade.*²¹

Retomando Marx e Engels, recordamos que:

*os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritualmente.*²²

Assim, levando em conta que as idéias dominantes no regime capitalista refletem os valores da burguesia, Danton reforça que os princípios subjacentes à filosofia da biblioteconomia remetem-nos aos interesses dessa classe: a classe detentora do capital possui força para manipular o saber, e, portanto, impõe como universal sua concepção de mundo. Dando prosseguimento a análise da linha adotada pela Escola de Chicago, mencionamos Lowell Martin.

A biblioteconomia promove tanto a socialização como a individualização. De um lado, ela transmite a herança social e incute os valores e expe

²¹DANTON, J. Periam. Plea for a philosophy of librarianship; philosophy ver omnia mater artium, apud, MUELLER, Suzana P. M., op. cit., p. 20.

²²MARK, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. p. 55-6.

*riências do passado no grupo, com um efeito unificador; por outro lado, ela capacita o indivíduo a avaliar as tendências presentes e valores futuros, eleva a qualidade de sua vida pessoal, e fornece meios para ascender na escala social.*²³

Embora a elaboração de Lowell Martin acoberte o papel concreto da biblioteca, ao mesmo tempo, ela possibilita-nos revelar a dupla função dessa instituição no modo de produção em foco. Explicitando: Lowell Martin tomando a biblioteca como recurso que *".../ transmite a herança social e incute os valores e experiências do passado no grupo /.../*, atribui à mesma a tarefa de repassar as concepções predominantes. Esta é a função primeira da biblioteca: fortalecer a coesão ideológica — o "efeito unificador". Além disto, atende também aos requisitos da reprodução da força de trabalho. Lowell Martin confere ainda à biblioteca o papel de favorecer a ascensão social, desconsiderando que a mobilidade se inscreve em casos isolados, os quais, somente, legitimam a doutrina liberal.

Assim, a Escola de Chicago não delineia uma postura inovadora: resguarda o conteúdo liberal da biblioteconomia e propaga o exercício tradicional da biblioteca.

Por outro lado, a Escola de Chicago tem o mérito de abrir espaço para a produção do saber que nega a prática dominante, numa clara demonstração de que a contradição permeia os organismos de Estado. A interpretação de Mueller evidencia isso:

*Com a emergência da Escola de Chicago começou uma nova fase da biblioteconomia. A experiência diária não deixou de ser a principal fonte das idéias profissionais mas a pesquisa organizada e sistemática institucionalizou-se, fortemente voltada para o aspecto social, focalizando mais o grupo ou comunidade do que o indivíduo /.../. Sob sua influência os problemas bibliotecários começaram a ser tratados de forma mais científica.*²⁴

²³MARTIN, Lowell. The American public library as a social institution, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 21.

²⁴MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 21-2.

Quanto à Europa, com base em José Ortega y Gasset, constatamos que a Espanha segue os mesmos princípios vigentes nos Estados Unidos. Esta observação é retirada de uma citação de Mueller, ao descrever o modo pelo qual o intelectual, acima mencionado, encara a biblioteca.

*Seu pensamento sobre a "nova missão" se baseia no papel desempenhado pelo livro na sociedade, em cada época: um instrumento para preservar e transmitir idéias que depende de idéias acumuladas.*²⁵

Acerca do momento imediato ao pós-guerra, Mueller salienta:

*as profundas mudanças sociais causadas pela Segunda Guerra Mundial trouxeram consigo consequências para a educação e para as bibliotecas. A educação teve papel importante no esforço do pós-guerra, envolvendo as bibliotecas públicas.*²⁵

Em relação aos intelectuais representativos desse período, a autora em questão comenta:

*os três escritores incluídos nesta seção, Broadfield, Irwin e Landheer, embora tenham pontos de vista diferentes, estão ligados por um pensamento básico comum, a importância do indivíduo ou do serviço bibliotecários ao leitor individual.*²⁶

Dando destaque a Broadfield, Mueller observa:

Broadfield, cuja experiência profissional foi desenvolvida em biblioteca pública inglesa, apresenta uma visão de responsabilidade profissional bem contrastante com a tendência de sua época de considerar o coletivo sobre o indivíduo [...]. Para ele, a biblioteca deveria dedicar todos os seus recursos para assistir ao indivíduo em seus esforços de auto-ajuda, sem concessões ou considerações ao grupo, ou sociedade a que pertence. Para Broadfield, a liberdade de pensamento é a razão principal para se conservarem livros e haver bibliotecas, e não a educa

²⁵ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.24.

²⁶ Ibid., p. 25

ção de cidadãos ou o bem social. Limites de espécie alguma deveriam ser impostos aos desejos de leitura das pessoas ou aos seus interesses, nem pela sociedade, nem religião, nem Estado.²⁷

Esta citação possibilita-nos afirmar que a fase ora vista é marcada pelo retrocesso da democratização da biblioteca pública: Broadfield não inova o discurso oficial e sim exacerba o individualismo, um dos preceitos centrais da doutrina liberal. Desconsidera os homens enquanto classe, bem como desvincula-os de grupos e, numa dimensão mais ampla, também da sociedade. A citação do próprio Broadfield evidencia que o período tratado é caracterizado pela negação extremada do homem como ser social. /.../ Ao indivíduo deve ser garantida a chance de poder desenvolver o que ele ache ser de seu próprio interesse.²⁸

Colocamos, em seguida, uma das citações representativas da visão de Raymond Irwin:

... o objetivo e meta da biblioteca num país democrático são encorajar o indivíduo a aprender, levá-lo a tirar suas próprias conclusões, livremente e sem pressões, e a basear seu raciocínio e suas opiniões em fatos observados; a viver plenamente e criativamente sua própria vida, vida que seja intelectualmente honesta e independente...²⁹

Também lançamos mão de uma citação de Landheer:

a função da biblioteca não é espalhar o saber, mas o desenvolvimento da personalidade humana.³⁰

Portanto, as elaborações de Broadfield, Irwin e Landheer sobrepõem-se: assumem a postura liberal conservadora, identificando tais autores com os demais intelectuais até agora vistos. As diferenças fazem parte das nuances do liberalismo.

²⁷MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 25-6.

²⁸BROADFIELD, A. A philosophy of librarianship, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 26.

²⁹IRWIN, Raymond. The library service in the welfare state, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.27.

³⁰LANDHEER, B. Social functions of libraries, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 28.

Nesta linha de análise, ressaltamos que Broadfield e Irwin chegam mesmo a reivindicar a autonomia da biblioteca pública frente ao Estado.

*primeiro as bibliotecas, elas próprias, devem ser instituições independentes, livres de qualquer pressão, seja política ou religiosa. Em segundo lugar, o seu serviço não deve (com óbvia exceção das grandes bibliotecas nacionais) ser administrado diretamente pelo Estado.*³¹

Percebemos nesta colocação de Irwin mais um indicador da exacerbação do individualismo: a defesa da não subordinação da biblioteca pública ao Estado constitui-se em um mecanismo que objetiva maximizar o seu fechamento à classe proletária. Considerando que a biblioteca como instituição da esfera governamental já não responde às necessidades da classe trabalhadora, podemos inferir que, caso ela se caracterizasse como empresa particular, tenderia a se manter ainda mais distanciada dos interesses contra-hegemônicos. Portanto, eximir o Estado da responsabilidade de prestar os serviços relativos à essa instituição, obrigatoriamente a tornaria mais elitista, contribuindo para reforçar o monopólio do saber. Além do mais, é um caminho utópico, pois a vinculação da biblioteca pública ao Estado tem conotação histórica, justificando-se principalmente pela necessidade de manter o controle sobre a classe possuidora da força de trabalho.

Assinalamos que tanto Broadfield como Irwin trabalham com o conceito de Estado somente enquanto sociedade política. Restringindo o Estado à força coercitiva, negam a possibilidade de transformação da ordem estabelecida e, em particular, desconhecem a biblioteca como recurso que favorece a superação da dominação.

Entrando na década de 1950, Mueller coloca:

a concepção da biblioteca como instituição social, com responsabilidades sociais em relação

³¹ IRWIN, Raymond, op. cit., apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.27.

a grupos e comunidades, lançada por Butler em 1933 parece ter predominado nos Estados Unidos sobre a idéia da biblioteca voltada primeiramente para o indivíduo.³²

Margaret Egan é a intelectual que caracteriza esse período da biblioteconomia.

*Bibliotecários, como outros grupos profissionais, devem entender que uma mudança maior na estrutura organizacional da sociedade trará mudanças correspondentes na estrutura organizacional de suas próprias agências [...]. Se a profissão tiver estabelecido suas bases fundamentais numa definição genuinamente "institucional", isto é, relacionando suas funções com uma necessidade humana ou social básica, mudanças na superestrutura não causarão rachaduras nas fundações.*³³

Egan, explicitando que a atuação da biblioteca sobre as relações sociais não deve atingir as relações sócio-econômicas, reafirma nosso ponto de vista.

Prosseguindo, Mueller destaca que na década de 1960 a biblioteca pública é de novo alvo de críticas pelo fato de oferecer "literatura popular". Ralph Harris, professor de economia política e diretor do Instituto de Assuntos Econômicos de Londres, reflete a insatisfação, então, vigente.

*O que era antes um instrumento utilitário para a difusão da luz e do saber nos cantos escuros do industrialismo do século XIX está se tornando cada vez mais uma máquina de diversão, nas condições modificadas da segunda metade do século vinte.*³⁴

A denúncia de Harris permite entrever que o momento em foco representa um avanço em relação à democratização da biblioteca pública. Protestando contra o fato de a instituição

³² MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 28.

³³ EGAN, Margaret. The library and social structure, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 29.

³⁴ HARRIS, Ralph. Some issues in political economy, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 30.

buscar suprir as necessidades de lazer, o intelectual em questão mostra-nos que essa instituição volta-se, um pouco mais, para os interesses da classe detentora da força de trabalho.

A citação de Mueller, abaixo transcrita, reafirma que a biblioteca pública estava passando por uma abertura social.

Apesar de forte, a visão da biblioteca, como instituição dedicada principalmente à educação, foi aos poucos se alterando para incluir, além da cultura em geral e do lazer, novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidades de formação em atividades diárias. Os escritores americanos são os mais sensíveis a essas mudanças, ou talvez sua sociedade seja mais vulnerável a elas [...]. Na Inglaterra também se pode observar tendências semelhantes.³⁵

Apesar de o antagonismo entre as classes constituir-se no fundamento da configuração das relações sociais, não podemos desprezar, em nossas considerações, a posição que os países ocupam nas relações internacionais: o contexto dos países de capitalismo central difere da situação dos países periféricos. Sendo a ampliação da proposta da biblioteca determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela organização do proletariado enquanto classe, não cabe universalizar a realidade acima descrita por Mueller. Ela corresponde a situações particulares, refletindo as relações sociais dos países hegemônicos.

Destacamos que estas diferenças são representativas ao nível da eficiência e não da função que compete a biblioteca pública desempenhar.

A autora da revisão de literatura passa a citar Joseph Nitecki, outro discípulo da Escola de Chicago. Dando continuidade à proposta desta escola, com Nitecki volta-se a falar da necessidade de uma filosofia da biblioteconomia. Tendo identificado "três

³⁵MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 30,32.

"grupos de interesse" exercendo pressão sobre a biblioteca americana: serviços, educação e mediação",³⁶ ele ressalta:

*a biblioteca como uma instituição servindo a toda a comunidade não pode ignorar nem se deixar dominar por nenhum destes grupos de pressão. Como a biblioteca responde a estes interesses — resposta que é sine qua non da existência das bibliotecas — constitui a base para uma teoria de biblioteconomia, enquanto sua aplicação prática implica em participação ativa nas ações da sociedade, não só respondendo a ela mas também impondo a esta sociedade um novo conjunto de pressões.*³⁷

Percebe-se que Nitecki encara a biblioteca não somente enquanto recurso de conservação da ordem estabelecida, mas também como instrumento gerador de pressões sociais. Assim, a questão da filosofia da biblioteconomia é vista a partir da reflexão sobre a que grupos a biblioteca está a serviço

Atuando na mesma linha de Nitecki, Paulo Wasserman observa:

*a sobrevivência desta ou qualquer outra cultura reside na capacidade dos líderes de suas instituições de formularem e reformularem seus programas e serviços de forma que eles se relacionem verdadeiramente e inequivocamente com a realidade e necessidade da época.*³⁸

Esta citação possibilita-nos explicitar o papel do bibliotecário enquanto mediador das relações sociais: exercendo uma função eminentemente intelectual, no exercício de sua profissão, pode auxiliar a manutenção da estrutura de classe e, ao mesmo tempo, a superação desta relação.

Outros sinais da democratização da instituição em análise, aparecem através de Mary Lee Bundy, que desenvol-

³⁶ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 31.

³⁷ NITECKI, Joseph. Public interest and theory of librarianship, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 31.

³⁸ WASSERMAN, Paul. The new librarianship; a challenge for a change, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 32.

ve seu trabalho nos Estados Unidos.

*A realidade é que os carentes quase não utilizam as bibliotecas e as bibliotecas não fazem quase nada para atraí-los.*³⁹

Não se limitando a um projeto de caráter adaptativo, Bundy defende que a circulação do saber, quando direcionada apropriadamente, tem a faculdade de contribuir para gerar pressões.

*Ligar indivíduos aos grupos que procuram promover mudanças maiores se torna o serviço de transformação mais importante. Ajudar a formar tais grupos onde eles não existem - mesmo que seja apenas pela divulgação aos interessados de que outras pessoas compartilham seus problemas e dizer-lhes como se iniciar no esforço para organizar ação coletiva, são serviços de informação altamente importantes. Prestar apoio informacional a organizações baseadas na comunidade pode fazer uma diferença vital.*⁴⁰

Mesmo não lidando com a categoria classe social, está implícito que Bundy tem a biblioteca pública como instituição que deve ser posta a serviço das transformações coletivas. Para alcançar tal objetivo, defende, como estratégia, a necessidade de o bibliotecário não restringir sua atividade ao recinto da biblioteca: propõe que este intelectual conviva mais de perto com os usuários. É compreendendo o estilo de vida desses usuários e conhecendo suas carências, que o bibliotecário propicia a biblioteca a atender às expectativas da classe subordinada.

Mueller encerra a análise do período em foco, com o seguinte comentário:

/.../ alguns escritores adotaram uma atitude radical, questionando até o significado dos ideais

³⁹BUNDY, Mary Lee. Urban information and public libraries, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 33.

⁴⁰Ibid., p. 33.

fundamentais que são considerados as bases da sociedade, tais como democracia e a noção de bem público. Outros questionaram atitudes assumidas pela biblioteca, especialmente em relação a minorias, mostrando que a biblioteca corria perigo de perder sua razão de ser, caso não se esforçasse para se integrar com suas comunidades.⁴¹

À medida que o papel da biblioteca, enquanto recurso auxiliar da edificação de uma nova ordem, é evidenciado, o confronto ideológico assume feições mais definidas: num campo, a defesa das minorias, e, em sentido diametralmente oposto, a defesa do bem comum.

Dando continuidade ao seu estudo, Mueller cita Jesse H. Shera, que reafirma a dominância da prática tradicional na instituição em análise.

Para Shera a função fundamental das bibliotecas é a preservação da herança cultural da humanidade /.../ O serviço é dirigido ao indivíduo, mas através do serviço individual, a biblioteca atinge a sociedade.⁴²

Reforçamos a nossa argumentação baseando-nos no próprio Shera.

Em certo sentido ... todas as funções da biblioteca convergem para conservação; pois não importa quanto ... nós enbelezarmos esta função com objetivos complementares, conservação é básico e fundamental para a biblioteca /.../ Se a biblioteconomia quer sobreviver como profissão de méritos próprios, deve desistir de tentar assumir responsabilidades de outras profissões — educação, assistência social, liderança de grupos — e voltar-se para seus objetivos reais.⁴³

Esta citação nos fornece suporte para inferir que essa fase também é marcada pelo retrocesso da democratiza-

⁴¹MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 34.

⁴²Ibid., p. 34-5.

⁴³SHERA, Jesse H. Foundations of educations for librarianship, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 36,38.

ção da biblioteca pública. Enquanto, anteriormente Wasserman salienta a responsabilidade do bibliotecário como intelectual e Bundy atribui ao bibliotecário a tarefa de mobilizar as minorias em torno dos interesses coletivos com vistas à transformação social, as idéias de Shera limitam a atividade do intelectual em questão.

Na atualidade, J.D. Foskett apresenta idéias muito consideradas no campo da biblioteconomia. Referindo-se às elaborações de Raymond Smith, Foskett permite-nos avançar no sentido de desvendar o papel da biblioteca nas sociedades capitalistas: a instituição está a serviço dos interesses hegemônicos.

Esta é [...] uma abordagem bem diferente dos chavões desajeitados sobre o livro certo, o leitor certo e o momento certo; ou da esperança ingênua de que a comunidade tem, naturalmente, o bom senso de estabelecer uma biblioteca para si própria porque estaria convencida do valor da boa literatura — principalmente as classes mais baixas.⁴⁴

Foskett, definindo a função do bibliotecário, indica-nos, novamente, que não houve mudança significativa na área da biblioteconomia.

Como bibliotecários somos os guardiões — não os donos, mas os guardiões — do conhecimento./.../⁴⁵

Retomando o fio da história, esta citação mostra-nos que Foskett conceitua o papel do bibliotecário dentro dos parâmetros do início deste século, inclusive, usando a mesma terminologia adotada por Butler na década de vinte.

Nossa constatação é reforçada através da complementação da citação acima posta, que nos possibilita ainda

⁴⁴ FOSKETT, J.D. The creed of a librarian; no politics, no religion, no morals, apud MOELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 39.

⁴⁵ Ibid., p. 40.

observar que a biblioteconomia está respaldada no autoritarismo.

/.../ Por outro lado, como se diz tão frequentemente, quem somos nós para decidirmos o que o povo vai ler, quem são os bibliotecários para se arvorarem em censores?... Se temos que resolver o dilema entre a luta pela verdade e o desejo pela liberdade absoluta, deveríamos ter uma filosofia, uma atitude mental, de acordo com a qual uma ação será certa e outra errada... pois embora não tenhamos o direito de censurar, temos o direito conferido pela nossa profissão, o direito de decidir o que será incluído na coleção de nossas bibliotecas e o que não será...⁴⁶

Foskett legitima que o acervo da instituição não deve ser determinado pelos usuários. Cria, apenas, ilusão de que o usuário é livre para escolher suas leituras, pois confere ao bibliotecário uma autonomia total para selecionar o acervo da biblioteca. Assim, o acesso amplo, somente, é defendido a partir da censura básica, a qual ocorre no momento da definição da política de seleção do acervo.

A interpretação de Mueller, acerca de Foskett, também nos permite que a biblioteca é colocada a serviço da classe dominante.

Sua filosofia se apóia na idéia da biblioteca como parte de uma entidade maior. Vê a biblioteconomia como um processo semelhante à educação. Para chegarmos a uma filosofia da biblioteconomia, /.../ uma definição de objetivos se faz necessária. Para Foskett, estes objetivos devem estar relacionados a — de fatos baseados em — necessidades sociais da organização da qual a biblioteca faz parte. Os objetivos das bibliotecas são assim trazidos ao nível e colocados nos mesmos termos, daqueles da organização mantenedora./.../⁴⁷

Se a biblioteca pública está atrelada diretamente ao Estado e este fundamentado nos interesses hegemônicos esta instituição está a serviço da burguesia.

⁴⁶ FOSKETT, J.D., op. cit., apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 40.

⁴⁷ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 40-1.

Ainda comentando a atualidade, Mueller fala sobre Ronald Benge, último intelectual mencionado na sua revisão de literatura. Mueller assinala a experiência dele em bibliotecas africanas.

*Uma tônica no pensamento de Benge é a biblioteca como parte do contexto cultural. Mudanças neste contexto são, portanto, determinantes do tipo de responsabilidades atribuídas ao bibliotecário em relação à sociedade. /.../ Acredita que o contexto social condiciona a existência da biblioteca; culturas diferentes requerem tipos diferentes de agências culturais ou pelo menos métodos diferentes. É importante que o modelo adotado seja adequado às características particulares da região, e não consista meramente de adaptações cruas ou transplantes de modelos estrangeiros.*⁴⁸

Como verifica Mueller, Benge denota especial atenção ao aspecto cultural — *"a importância do ambiente social e cultural no qual opera a biblioteca forma a base de todo pensamento de Benge"*.⁴⁹ Mesmo as suas elaborações sendo construídas a partir de conceitos, tais como "indivíduo", "grupo" e "sociedade em geral", Benge traz contribuições para a biblioteconomia: denuncia a transposição de modelos universais, defendendo a necessidade de reelaboração dos mesmos, conforme as condições de uma dada situação regional. Este posicionamento favorece a reorganização das bibliotecas dos países de capitalismo periférico.

Contudo, as bases do modelo sugeridas por Benge tendem a não propiciar transformações políticas: evocam as especificidades de caráter cultural, mas desconsiderando o antagonismo entre as classes.

Por outro lado, Benge salientando a importância da biblioteca como recurso de educação, conforme nos indica Mueller, contribui para fortalecer a visão dessa instituição como instrumento de democratização do saber.

⁴⁸ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p.43,45,46.

⁴⁹ Ibid., p. 47.

A função educacional de todos os tipos de biblioteca é enfatizada por Benge. Ao contrário de Shera, ele acredita que o movimento bibliotecário, pelo menos nos países em desenvolvimento, de veria estar intimamente relacionado ao movimento educacional, incluindo educação de massas e campanhas de alfabetização.⁵⁰

Porém, ainda, Mueller observa:

Para /Benge/ as bibliotecas não são agências de comunicação de massas, pois seu papel é mais intermediário e passivo.⁵¹

Recorremos a uma citação do próprio Benge para melhor compreendermos seu ponto de vista:

pelo menos em tempos relativamente normais "as massas" não existem e que as unidades decisivas continuam a ser o indivíduo, o grupo e a sociedade em geral.⁵²

Assim, desconhecendo a força da sociedade civil no processo da edificação da contra-hegemonia, Benge dá relevância ao exercício tradicional da biblioteca.

Destacamos, ainda, que Benge inova ao dar grande valor à questão da comunicação da informação, ou seja, postula que a informação tem significado à medida que é bem assimilada.

A transmissão em si própria não tem sentido e a informação tem que ser decifrada e interpretada, e como resultado, tem sido frequentemente mal compreendida.⁵³

Finalizando, Mueller apresenta uma listagem das principais idéias contidas na sua revisão de literatura. Colocamos abaixo as concepções chaves para o nosso estudo:

⁵⁰MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 46.

⁵¹Ibid., p. 44.

⁵²BENGE, R. C. Libraries and cultural exchange, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 44.

⁵³Ibid., p. 43.

conservação e organização formam a base comum. /.../ Porque preservar e organizar é realmente a pergunta a que todos os escritores tentaram responder.⁵⁴

/.../ À biblioteca têm sido atribuídas responsabilidades várias, como a de controlar ou "filtrar" o material de leitura oferecido, de formar e manter um gosto e moral de nível elevado; de contribuir para a manutenção de valores sociais estabelecidos, e para a preservação da democracia; de ajudar na elevação da qualidade de vida. O papel de gerador de pressões sociais também lhe foi atribuído, embora nem sempre aceito, a partir dos anos 60.⁵⁵

⁵⁴ BENGE, R.C. Libraries and cultural exchange, apud MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 43.

⁵⁵ MUELLER, Suzana P.M., op. cit., p. 47-8.

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA LUZIA:
estudo de caso

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA LUZIA: *estudo de caso*

4.1 Observações preliminares

Como recurso de apoio ao nosso trabalho, lançamos mão da análise de uma instituição determinada: a Biblioteca Pública de Santa Luzia. Trata-se de um estudo de caso cujos dados são suficientes para os objetivos da nossa proposta, uma vez que a nós interessa apreender a essência do fenômeno, e não as relações estatísticas. Em outras palavras, reconhecemos que a realidade da Biblioteca Pública de Santa Luzia é peculiar entretanto esta peculiaridade situa-se ao nível do empírico, e não do concreto.

Embora os vários aspectos levantados em campo — composição administrativa, localização, área física, normas, acervo, serviços técnicos, prestação de serviços — formem um todo, por questões metodológicas, discutiremos os mesmos isoladamente. Trataremos também do usuário, enfocando a frequência e o modo de utilização da biblioteca. Para resgatarmos a visão orgânica, apresentaremos, na conclusão, uma análise na qual levamos em conta os referidos aspectos em seu conjunto.

4.2 Descrição do Município de Santa Luzia

Santa Luzia situa-se na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, fazendo parte da região metropolitana de Belo Horizonte.

O município é composto por dois distritos — a sede e São Benedito — e dois povoados — Pinhões e Macaúbas. A sede comporta duas grandes divisões: "parte alta", área localizada na colina, e "parte baixa" ou "ponte", área

próxima ao Rio das Velhas.

Na "parte alta" está o centro econômico-político do município, bem como a biblioteca pública local, criada em 1975.

O setor industrial constitui o suporte básico da economia, para o qual contribuem também a atividade agropecuária e, em menor escala, o artesanato.

Com base em estimativa feita pela Prefeitura, o município possui 120 000 habitantes, sendo que 10 000 pertencem à "parte alta" da cidade.*

O sistema educacional conta com vinte e oito escolas de primeiro grau, dezoito de segundo grau, uma escola técnica, um curso normal e uma escola particular ao nível do ensino supletivo. Destas, sete escolas localizam-se na referida "parte alta".*

4.3. A Biblioteca Pública de Santa Luzia em suas relações com o contexto social.

Composição administrativa

A Biblioteca Pública de Santa Luzia está subordinada administrativamente ao Departamento de Educação e Cultura (DEC), que é diretamente ligado ao prefeito. A definição da direção do mencionado departamento é de competência exclusiva dessa autoridade. Os usuários e funcionárias da biblioteca, que foram entrevistadas, não participaram de tal definição, o mesmo acontecendo com as demais autoridades consultadas: "*ficamos ausentes dessa escolha*". "*Não fui consultado e nem poderia ser. Isso está ligado à prefeitura. A nossa escola é estadual e, portanto, é completamente separada*

*Informações prestadas pelo Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Santa Luzia.

da prefeitura. Nós não temos que entrar em nada que pertence à prefeitura".

Assim, a sociedade, as autoridades formais e informais inclusive as relacionadas com a escola, e, em particular, os usuários e funcionárias da biblioteca, não participam da escolha da direção da instituição.

Pelo exposto, torna-se clara a inexistência de uma política que favoreça a aproximação entre a biblioteca e a escola. A este respeito, o depoimento de uma autoridade escolar indica-nos que a atual direção da instituição em foco está procurando estabelecer uma vinculação mais íntima com o sistema educacional. "Não conheço a biblioteca, mas a equipe que está lá agora veio a nossa escola trazendo cartazes, divulgando a biblioteca e pedindo que colaboremos com o trabalho que estão desenvolvendo".

Compete ao diretor do DEC traçar a política, diretrizes e atividades da biblioteca, conforme evidencia a colocação da atual diretora. "Por minha iniciativa, estamos atendendo ao asilo, cadeia e as escolas". Outro exemplo de que estamos tratando faz-se presente na declaração de uma funcionária ao se referir à gestão passada: "não dou opinião. Só recebo ordens". Novamente é explicitado que as tomadas de decisão são da alçada da cúpula administrativa.

Ainda em relação ao aspecto da composição administrativa, a Biblioteca Pública de Santa Luzia está contando com a assessoria de duas bibliotecárias*, em regime de prestação de serviços aos sábados, e tem duas funcionárias permanentes**. Todas estas sem formação especializada, embora haja na cidade uma profissional qualificada, que, segundo a diretora do DEC, não é contratada por falta de verba. A fun

*A Biblioteca Pública de Santa Luzia teve assessoria de bibliotecárias durante um ano, sendo que atualmente esta assessoria não está mais acontecendo.

**Recentemente, o quadro de funcionários da Biblioteca Pública de Santa Luzia foi ampliado, passando a instituição a contar com mais duas funcionárias. Estas não estão sendo consideradas pela nossa pesquisa.

cionária que tem maior contacto com os usuários, tendo nove anos de serviços na biblioteca, exerce, oficialmente, a função de servente. Porém, na prática também atende aos usuários, fazendo as inscrições dos novos sócios, controlando os empréstimos e devolução dos livros, indicando a localização dos livros, orientando as pesquisas, etc. Tem escolaridade ao nível do ensino primário. A outra funcionária, cursando a Escola Normal, tem três anos de casa e presta serviço como auxiliar de bibliotecária. Quanto à diretora do DEC, ela possui qualificação ao nível do ensino de segundo grau.

A relação direção/funcionárias é distante, conforme indica a colocação de uma funcionária: "*fico inibida, mas a gente deve ter reuniões com o chefe*". Como não há uma política sistemática que propicie uma ligação mais direta entre as duas citadas categorias, as funcionárias vêm nos sobrinhos e mães amigas da diretora do DEC, usuários da instituição, uma possível mediação que canalize as reivindicações. "*A gente tem esperança das coisas melhorarem, pois os sobrinhos da diretora do DEC frequentam aqui. Tem também as mães do pessoal que vem aqui que são amigas dela*".

Portanto, como nos demais AIE, a organização administrativa da biblioteca em foco — centralização do processo decisório, verticalização da comunicação, relação escolaridade/função — reflete a divisão social e técnica do trabalho, suporte da dinâmica do modo de produção capitalista.

Este fator faz com que as funcionárias da instituição, embora convivam diretamente com os usuários, isto é, detenham o conhecimento nascido da prática, não sejam chamadas a opinar. O trabalho essencialmente intelectual é da competência da burguesia e de seus representantes, enquanto o fazer é destinado à classe subalterna — classe estruturalmente expropriada do saber formalmente instituído. A não correspondência entre pensamento e ação proporciona a sujeição do proletariado aos interesses hegemônicos. A classe desprovida do capital ocupa postos de menor prestígio social, limitando-se a cumprir ordens.

A direção chama a si as decisões mais elementares, tais como, permitir ou vetar a compra de livros através de receita gerada pela própria biblioteca, mesmo quando as indicações partem da escola. "A gente está precisando de tal livro, pode comprar? Se você tem o dinheiro na biblioteca, então pode. Neste caso, compro e pego a notinha. Tem uma pasta com todas as notas", coloca uma funcionária. Outro fato ilustrativo refere-se à entrada de uma nova funcionária. Ao indagarmos sobre a participação das antigas funcionárias, é, assim, esclarecido: "fiquei sabendo na hora".

Deste modo, as deliberações são tomadas sem se escutar as partes envolvidas, bem como sem embasamento prático, invalidando a defesa da biblioteca pública enquanto recurso para atender aos "carentes" — terminologia que encobre a relação de dominação. Bloqueando a participação dos usuários e funcionárias na organização da biblioteca, os agentes da superestrutura desempenham suas atividades buscando legitimar e assegurar a burguesia na direção moral e intelectual da sociedade.

Compondo o organograma da Biblioteca Pública de Santa Luzia, a linha superior — direção — é preenchida por quem detém o saber dominante e maior penetração política; a linha intermediária — auxiliar de bibliotecária — também por quem detém o saber dominante; e a linha inferior — servente — por quem é expropriado do saber formalmente instituído. As linhas de comunicação entre os cargos indicam hierarquização das tomadas de decisão. Não há linhas que estabeleçam ligações entre as posições referidas e os usuários da instituição e também entre esta e a sociedade. Enfim, o organismo em análise não funciona a partir de um conselho representativo da sociedade e, em particular, da classe trabalhadora. Além do mais, os usuários não têm participação no processo de organização, cabendo-lhes, somente, submeterem-se às imposições. Embora os usuários não estejam presentes, inclusive, na representação física da biblioteca em foco, são colocados, no discurso, sobretudo quando pertencem à classe proletária,

como justificativa da existência da instituição. Nossa observação é um indicício da distância entre o aparente e o concreto da biblioteca pública.

A não participação do usuário e da sociedade em geral na biblioteca em questão, contribui para diluir a conotação de "pública" fortalecendo-a como estatal.

A posição de comando é conferida pelo Estado à pequena burguesia, sendo que a cada mudança de governo, "novos" intelectuais são impostos para estabelecerem a mediação das relações sociais, segundo os interesses de grupos da classe no poder. A situação típica, como é a da biblioteca ora tratada, é a direção ser assumida por intelectuais que não fazem parte do quadro da própria instituição. Em virtude de a atividade do bibliotecário ser socialmente pouco reconhecida e pelo fato de a categoria ainda não ter alcançado um nível de organização suficiente para exercer pressão, em muitos casos, também a posição de comando não fica a cargo dos bibliotecários.

Em síntese, o funcionamento da Biblioteca Pública de Santa Luzia, a partir da sua estruturação em termos de pessoal, representa um exemplo das organizações tipicamente capitalistas, isto é, revela a divisão social e técnica do trabalho. Este parcelamento está contido na dissociação entre o pensar e o fazer, no autoritarismo do processo decisório, na valorização da atividade intelectual com base no nível de escolaridade. Não se leva em conta a prática.

Localização

Quanto à situação geográfica, a biblioteca está situada num dos pontos privilegiados da "parte alta" da cidade, que, por sua vez, é o centro econômico-político do município. Fica fora da periferia, zona de concentração da classe trabalhadora. Limitando-nos à "parte alta", registramos, através do depoimento de uma funcionária, distân-

cia de até quarenta e cinco minutos a pé, entre a biblioteca e a periferia. Contudo, o discurso oficial gira em torno do proletariado: *"a biblioteca é uma fonte onde a pessoa, principalmente o carente, quer fazer uma pesquisa e não está à altura de adquirir os livros"*, observa o prefeito. Em outras palavras, o depoimento do prefeito, novamente, reafirma a distância entre o aparente e o concreto da instituição.

No entanto, por força da ideologia, os usuários da biblioteca, independente do lugar que ocupam nas relações sócio-econômicas, vêem a sua localização como ideal. Repetindo o discurso dos representantes da classe detentora do capital, justificam este ponto de vista com a afirmação que aquela biblioteca se situa no meio da "parte alta" e entre esta e a "parte baixa". Deste modo, uma usuária, cujo pai é servente de pedreiro, mesmo gastando trinta minutos a pé para chegar à instituição, assim se posiciona: *"tem que ser uma só? Acho que este lugar é bem situado. Está no meio da "parte alta" e entre esta e a "parte baixa". Acho que deveria ter mais bibliotecas. A cidade é muito espalhada e precisa ter outras em lugares diferentes, pois a distância é grande"*.

Essa usuária, tendo a sua posição de classe obscurecida pela ideologia, identifica-se com as concepções transmitidas pelos agentes da burguesia. Esta constatação possibilita-nos verificar a não correspondência entre posição sócio-econômica e posição ideológico-política — a prática não se sobrepõe à teoria.

A questão da localização da Biblioteca Pública de Santa Luzia não é um caso isolado, conforme nos indica o depoimento de uma autoridade consultada durante a nossa pesquisa. Referindo-se à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, ela ressalta: *"a biblioteca ficava longe da minha casa, cerca de quatro a cinco quilômetros. Eu ia toda a noite, a pé, porque não podia pagar condução, para poder estudar nos livros, que não podia comprar"*.

Portanto, até fisicamente a biblioteca pública está distanciada da classe trabalhadora.

Espaço físico

A área destinada à biblioteca em foco é reduzida em relação à população do município, inclusive quanto à "parte alta" da cidade*. Todos os usuários entrevistados denunciaram a questão comentada, que é evidenciada pelo depoimento de uma funcionária: *"esta biblioteca não tem condição de atender um número maior de sócios, pois a área é muito pequena. Se a gente tivesse mais espaço, poderia fazer mais coisas"*. Esta situação é reafirmada por uma bibliotecária: *"muitos livros estão fora de circulação por não ter espaço para se colocar mais estantes"*.

A instituição dispõe de dois andares de uma parte de uma casa. Todos os cômodos do andar inferior estão desocupados, sendo que as funcionárias não souberam explicar a não utilização dos mesmos. O primeiro andar comporta três salas interligadas: uma é ocupada pelo serviço de atendimento ao usuário e pelas estantes que contêm os livros; outra funciona como sala de consulta. A terceira não é utilizada por não favorecer o controle do material e, em última instância, do usuário. *"Por meio da janela, o pessoal pode jogar o livro para fora sem a gente saber"*, esclarece e justifica uma funcionária. Assim, valoriza-se mais o controle do que as necessidades dos usuários, prejudicando a prestação de serviços que cabe a instituição oferecer.

Normas

Qualquer habitante do município de Santa Luzia, para usufruir dos serviços da biblioteca pública local, precisa cumprir uma série de exigências, elaborada sem a par

*Atualmente, a Biblioteca Pública de Santa Luzia, permanecendo no mesmo local, está ocupando uma área um pouco maior.

participação da sociedade e, em particular, dos seus usuários. "Para fazer trabalho e pesquisa, aqui dentro, não precisam pagar. Agora, para levar os livros para casa, têm que fazer inscrição: preencher uma fichinha, pagar cem cruzeiros e dar um retrato. Eles falam o nome, a idade, o local de residência, se estudam, tudo direitinho. As informações são colocadas na fichinha de inscrição que fica guardada na biblioteca. Depois disto é que podem levar o livro para casa, pelo prazo de uma semana. Depois deste prazo, não tendo outro pedido para o livro, a gente pode renovar o empréstimo para mais sete dias. Tendo outro pedido, a gente não deixa, pois prejudica outro que também pagou os mesmos cem cruzeiros para fazer a inscrição. A gente cobra dez cruzeiros por dia de atraso. A multa é para evitar demora da devolução do livro, se bem que a biblioteca é muito pobre, o pessoal é pobre e nem deveria cobrar multa". Estes esclarecimentos foram dados por uma funcionária que destaca a não solicitação de comprovante de residência, exigência de muitas bibliotecas. Uma bibliotecária colocou: "o valor das taxas é baixo, mas, mesmo assim, há muitas pessoas que não podem pagar".

Há um consenso em torno da necessidade de se estabelecer as normas mencionadas. "Se não tiver isto, a pessoa pode pegar o livro, levar para casa e ficar com ele. Assim, tem que haver as normas. Por exemplo, passando da data marcada, a pessoa não devolvendo o livro, a gente vai à sua casa, ou telefona, para evitar que o livro fique com ela", observa uma funcionária. A opinião dos usuários é a mesma: "se não existir um controle mínimo, foge tudo. Infelizmente somos relaxados por natureza. É o certo. É um modo de se pegar um controle mínimo do que está acontecendo".

Apesar dessas normas assumirem a feição de um mecanismo de garantia do bem geral, sendo elaboradas pelos representantes da classe no poder, propiciam a organização, mas, também a transmissão de concepções que mantêm a hegemonia da burguesia. Frente ao conteúdo das mesmas, têm o significado de artifícios de controle social.

As referidas normas não sendo assentadas no estilo de vida da classe trabalhadora, que também justifica a existência da biblioteca pública, simultaneamente, funcionam como fator seletivo: são barreiras de acesso para o proletariado. Os comentários de uma funcionária e, posteriormente, de um usuário reafirmam o nosso ponto de vista: "*os pobres quando chegam à biblioteca com vergonha, a gente tem vontade de ajudar. Tem uns que não têm condições nem de fazer a ficha de inscrição. Se pudesse, pegaria ordem com a chefe e daria autorização para devolver o livro em outra data. A gente tem confiança com as pessoas". "Eu não vinha à biblioteca porque não tinha ficha, e não sabia o que tinha que fazer. Achava que era muito difícil".*

As observações que mencionaremos deixam entrever que a sujeição à ideologia não ocorre mecanicamente. O conteúdo das normas não correspondendo à prática do proletariado, favorece a manifestação da resistência ao regime. "*A gente pede retrato e eles não trazem. Não dão retrato porque não têm. Se não trazem também faço a inscrição. Outra coisa, se a pessoa quer levar o livro e, às vezes, não tem ficha na biblioteca, quando posso, empresto. Tiro o livro na minha ficha ou de uma colega. A gente vê as condições da pessoa e, se a multa passa de quinhentos cruzeiros, divido e cobro a metade. A gente fica com pena quando vê uma criança que tirou o dinheiro de comprar um pão para pagar a multa. Procuro ajudar, ao máximo que posso; procuro ajudar a todos".*

Quanto às normas relativas aos dias e horário de funcionamento, estas determinam que a Biblioteca Pública de Santa Luzia abra de segunda a sexta-feira, das sete às onze horas e das doze às dezoito horas*.

O não funcionamento aos sábados, feriados e domingos, bem como à noite, é justificado, pela diretora do

*Atualmente, a Biblioteca Pública de Santa Luzia está abrindo também aos sábados pela manhã.

DEC, a partir da necessidade de contenção de despesas. "Os funcionários são regidos pela CLT e a hora extra oneraria". As funcionárias defendem o ponto de vista de que "seria bom abrir aos sábados. Domingos e feriados o pessoal está querendo descansar. Abrir à noite teria movimento. Frequência à noite é para quem trabalha". Identificando-se com esta opinião, os usuários observam: "esta biblioteca funciona, apenas, no horário comercial. Abrir à noite é para quem trabalha de dia e não tem condições de usar a biblioteca no horário normal".

Estes depoimentos mostram-nos que as normas em questão não consideram que a disponibilidade de tempo da classe trabalhadora é diferenciada da da classe fundamental economicamente, contribuindo para o proletariado não usufruir de um recurso tido, oficialmente, como público.

O argumento apresentado, pela diretoria do DEC, para não fazer alterações relativas às normas comentadas — necessidade de contenção de despesas — perde seu valor diante da possibilidade de remanejamento, sem implicar em ônus para a prefeitura. Com base no levantamento dos dias e horário que a instituição é menos utilizada e conhecendo a disponibilidade de tempo da classe subalterna, pode-se operar alterações sem acréscimo de despesas.

Lembramos que não estamos questionando a validade da norma enquanto mecanismo de organização institucional. Entretanto, procuramos destacar que a norma tem conteúdo e, portanto, não é neutra. Na medida em que ela não reflete as formas de pensamento e ação da classe trabalhadora, constitui-se em um artifício de exclusão dos componentes dessa classe. Além disto, no caso dos sujeitos que conseguem vencer as barreiras, a norma imposta pode funcionar também como instrumento de submissão do proletariado aos padrões burgueses.

Acervo

O núcleo do acervo da biblioteca em questão foi constituído através de doações de livros, feitas durante uma gincana organizada por ocasião de sua implantação. É composto, basicamente, de livros, sendo que os poucos periódicos existentes foram doados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), cuja sede funcionava em parte da casa ocupada pela biblioteca. Assim, a presença de periódicos é circunstancial.

O acervo é, por excelência, formado por obras de referência e por leituras obrigatórias extra-classe. Serve, principalmente, ao ensino de segundo grau. "A biblioteca pública é só para os meninos que já deixaram o curso primário", comenta uma autoridade da área educacional.

Tendo o acervo como um dos indicadores de que a prática da instituição é assentada, sobretudo, nos interesses da educação formal, embora a diretora do DEC afirme que "a seleção e aquisição dos livros são feitas através da preferência dos leitores", em última instância, esses processos desenrolam-se com base nas necessidades impostas pela escola: atendem ao usuário enquanto estudante. No decorrer do depoimento daquela autoridade, fica explícito o atrelamento da biblioteca à escola e, como tal, a interferência desta na determinação dos critérios de seleção e aquisição. "Atualmente não estamos adquirindo livros; somente, os que estão sendo pedidos pela escola. Estamos atendendo às solicitações da escola". Pela observação também verificamos que, não apenas, o acervo é centrado nos objetivos do ensino, bem como que a demanda dos usuários caminha, principalmente, nesta direção.

Outro indício de que prevalecem as solicitações do usuário enquanto mediadas pela escola, é o fato de a literatura, tida pelo senso comum como "popular" — Coleção Sabrina, fotonovelas, revistas em quadrinhos, etc. — ser

excluída por meio de critérios determinados pela direção. "Isto não traz cultura. O jovem, maior leitor desse tipo de material, pode ficar muito acomodado e restringir sua leitura às facilidades encontradas nelas. Este tipo de leitura não traz muita instrução para as pessoas, pois é muito fácil. Talvez, os jovens que fossem à biblioteca iriam procurá-las, distrairem-se com as mesmas e não aperfeiçoariam a leitura. Não sei se minha opinião é muito certa, mas este é o meu ponto de vista", esclarece a diretora do DEC.

Enquanto os representantes do Estado defendem a exclusão da "literatura popular", as funcionárias da biblioteca observam: "não tem porque a prefeitura não quer, porém o pessoal procura muito. O dinheiro é pouco para comprar, apesar de ser muito procurada". Reafirmando esta colocação, registramos, através do nosso estudo exploratório, a existência, na "partê alta" de Santa Luzia, de um clube de leitura organizado em função da Coleção Sabrina.

Não pretendendo avaliar o conteúdo da referida "literatura popular", mas, apenas, considerar a questão de sua exclusão na biblioteca em foco, o confronto dos depoimentos, acima colocados, possibilita-nos evidenciar que os usuários não participam do funcionamento da instituição. Explícita, mais uma vez, a verticalização do processo decisório: o espaço do usuário é desenhado pelos interesses do Estado. Ao mesmo tempo, insinua o papel do bibliotecário, ou de quem se coloca neste lugar, enquanto mediador das relações sociais: a atividade desse intelectual pode auxiliar a conservação do sistema em vigor ou favorecer a superação da estrutura de classe. Na biblioteca em questão, por excelência, a exclusão da "literatura popular" representa um recurso que busca contribuir para "educar" o proletariado, constituindo-se em mais um artifício de reforço da relação de dominação.

A verticalização dos critérios seletivos também está presente nas limitações do acervo, as quais são apontadas pelos usuários. As denúncias são feitas em torno da reduzida quantidade de livros, limitado número de

exemplares dos livros mais procurados, desatualização do conteúdo, complexidade da linguagem, inexistência de outros meios de registro, além do livro. "É preciso mais volumes e livros mais novos, com palavras mais fáceis, que não preciso de usar dicionário. Se estou com dicionário e entendo, então, gosto". Esta observação, feita por um usuário que está frequentando a escola primária, também aparece no depoimento de um técnico de nível médio. "É necessário ter mais literatura contemporânea, publicações mais atuais. Eu sei que tem livros novos, mas a biblioteca não acompanha. Eu vejo, aqui, são livros antigos que foram publicados há muito tempo. A literatura antiga é bem enjoada de se ler. É preciso uma linguagem coloquial e ela usa termos que não se emprega mais. Machado de Assis tem romances ótimos, mas a cada parágrafo temos que procurar três palavras no dicionário. Isto dificulta a leitura. O mundo progride a cada dia, a cada hora e, se ficarmos só olhando para trás, ficamos perdidos no tempo. É muito importante, é bom sabermos a história, o começo, mas é melhor sabermos o presente. Primeiro o presente, depois o passado. Temos de nos colocar no mundo de agora. Essa biblioteca não dá condições para a conscientização".

No que se refere às reivindicações relativas à atualização do acervo, elas vão de encontro à constatação de que, desde 1978, os livros adquiridos pela biblioteca não foram postos em circulação por não terem sido processados.

Com relação a linguagem, limitamo-nos a fazer algumas considerações, visto que a linguagem é intimamente ligada à posição de classe.

De acordo com Bernstein, a linguagem da classe trabalhadora é expressa em código restrito, considerando os padrões hegemônicos, enquanto a da burguesia é expressa em código elaborado. O proletariado, que por sua própria atividade, é expropriado do saber dominante, somente, utiliza o código particular à classe, sendo que a burguesia lida tanto com o código restrito, quanto com o elaborado. Este domínio simultâneo ocorrendo, apenas, com a classe de-

tentora do capital e manipuladora do saber, faz com que a linguagem revista-se do significado de controle social. Compete ao bibliotecário voltar-se também para o modo pelo qual a mensagem é registrada.

Das entrevistas dos usuários, já mencionadas, notamos, por outro lado, que a noção de biblioteca está fortemente vinculada ao livro. Esta concepção também faz-se presente em relação às autoridades formais e informais. "A biblioteca é a continuação do livro". O acervo da instituição em estudo, sendo composto, basicamente, por livros, reafirma nossa colocação.

Apesar de durante muito tempo as bibliotecas terem sido organizadas em função daquele meio de comunicação e, embora, o organismo em foco conviva com reduzida dotação de verba, situação que dificulta a aquisição de documentos sob outras formas, a explicação da identificação da biblioteca com livros não se esgota na conotação histórica, nem na restrição dos recursos financeiros.. O conceito de livro, coletado através das nossas entrevistas, permite-nos avançar a questão tratada. "O livro é a base principal de tudo, pois todo conhecimento que o homem adquire é por meio do livro. Se não houvesse livros, naturalmente, não existiria nada. O livro é fonte de entendimento, de sabedoria", afirma o prefeito. "O livro dá boa formação, desenvolve a personalidade, o caráter. Aprendemos, muitas coisas do passado através do livro. Podemos ter um modo de ver a vida, lendo bastante", coloca uma usuária.

Apoiando-nos em Portelli, Lapassade e Lourau, inferimos que a identidade entre biblioteca e livro é também de ordem ideológica. Conforme ressalta Portelli, analisando Gramsci, o livro é o meio que detém maior força vertical de inculcação. Quanto aos dois últimos intelectuais citados, eles esclarecem sobre a censura pela qual passam os livros. A relação autor/público é atravessada pelas imposições do editor quanto às normas de "estilo, extensão,

distribuição dos assuntos";¹ pelas imposições das publicadoras, quanto a escolha da capa e dos caracteres tipográficos, assinalando que "o efeito nunca é neutro: não se lerá do mesmo modo um mesmo texto escrito em tipos de tamanhos diferentes";¹ pelas imposições relativas à distribuição, tais como, "serviços de venda e publicidade, papel das livrarias na apresentação do livro, resenhas, etc."¹

Todas estas operações contribuem para fazer o livro que é assim muito mais que acumulação de mensagens dirigidas por um AUTOR a um PÚBLICO.¹

Acrescentamos, em relação à biblioteca, que o levantamento, organização e disseminação da informação — atividades peculiares a instituição — bem como a forma pela qual os serviços são prestados, são meios que visam favorecer o acesso à informação, mas, concomitantemente, objetivam a doutrinação. Sendo permeados pela ideologia, refletem e, portanto, transmitem uma dada concepção de mundo. Em outras palavras, o bibliotecário, no exercício de sua profissão, auxilia a inculcação de idéias, valores, normas e comportamentos, segundo a sua vinculação com uma classe social determinada. Em virtude da força da ideologia, a prática do bibliotecário tende a ser calcada nos interesses da classe fundamental economicamente — a burguesia.

Retornando aos depoimentos colhidos, e, atendendo-nos aos comentários dos usuários acerca do acervo da biblioteca, apesar das falhas apontadas, a diretora do DEC considera "a coleção bastante rica, contendo assuntos variados". As funcionárias, concordando com os usuários, evidenciam a necessidade de melhorias em termos quantitativos e qualitativos. "Tem muita coisa que o pessoal procura aqui e não tem mesmo. As vezes são três, quatro copiando num livro só. A

¹LAPASSADE, Georges & LOURAU, René. Chaves da sociologia, p. 89.

quantidade de livros de pesquisa é muito pouca". "Os pobres pedem livros didáticos e não tem. Aí, não voltam mais. Querem o livro para estudar durante o ano".

É indiscutível que existe vinculação estreita entre a biblioteca pública e a escola. O próprio prefeito ressalta que "existe afinidade perfeita entre estas duas instituições", acrescentando que "a biblioteca é uma fonte onde vamos buscar conhecimentos, cuja finalidade é fornecer ao povo, principalmente ao carente, oportunidade de ler sem haver necessidade de comprar". Porém, o acervo da instituição não contém livros didáticos para empréstimo durante o ano letivo, o que é um sintoma da não preocupação com a erradicação do analfabetismo, problema básico da classe trabalhadora.

A aquisição de livros na Biblioteca Pública de Santa Luzia, com raras exceções, como já dissemos, está suspensa. "Estamos voltados para a reestruturação da biblioteca. Vamos colocar em dia o processamento técnico e ampliar a prestação de serviços", explica a diretora do DEC.

Serviços Técnicos

Trataremos, agora, dos serviços técnicos pertinentes à biblioteca pública: seleção, aquisição, tombamento, catalogação e classificação. A biblioteconomia tradicional tem dado maior atenção aos dois últimos processos citados. Como dentro do item acervo, analisamos os processos de seleção e aquisição, centramos nossos comentários, neste momento, na catalogação e classificação.

O processo de seleção consiste na definição dos autores, assunto e do enfoque dado ao assunto, embora este último aspecto seja negligenciado. Define ainda quais formas de registro devem fazer parte do acervo. Destacamos que, face à ideologia, o enfoque do assunto deveria ser melhor considerado. Esta observação justifica-se em virtude de o modo pelo qual o assunto é tratado refletir uma dada posição de classe, implicando em transmissão de idéias particulares,

as quais podem favorecer a conservação ou superação da ordem estabelecida.

O processo de aquisição, com base na política de seleção, objetiva determinar as prioridades a serem atendidas, a partir da disponibilidade de verba.

O processo de tombamento (registro de entrada) dá um número a cada documento existente na biblioteca, contribuindo para a organização e controle dos materiais.

O processo de catalogação visa registrar e identificar os documentos existentes na biblioteca, isto é, objetiva retratar o acervo da instituição. É baseado em normas, de valor universal, originárias dos países de capitalismo hegemônico, as quais determinam como os documentos devem ser registrados. As referidas normas levam em conta os elementos de descrição dos documentos (autor, título, local, editora, data, páginas, etc.) e também a natureza física, ou seja, se é livro, periódico, folheto, tese, etc. Essas normas exigem a utilização de uma série de sinais (ponto, ponto e vírgula, dois pontos, hífen, etc.), que remetem ao significado dos elementos de descrição.

O processo de classificação objetiva estabelecer o assunto dos documentos e as facetas do assunto, bem como indicar o lugar dos documentos na biblioteca. Cada assunto e respectivas facetas são representados por símbolos (números, letras ou combinação destes). A determinação do assunto, a terminologia dos cabeçalhos de assunto e também as representações simbólicas são retiradas, como na catalogação, de instrumentos de valor universal e de origem estrangeira, ou neles baseados.

A catalogação e classificação são transcritas em fichas padronizadas, as quais compõem os catálogos de uma biblioteca. Portanto, os catálogos representam o acervo da instituição e funcionam como indicadores da localização dos documentos.

Na Biblioteca Pública de Santa Luzia, como já

foi dito, a seleção e, assim, a aquisição, são centradas na complementação da educação formal, favorecendo que a instituição permaneça, apenas, com a conotação de apêndice escolar.

Quanto à catalogação, a biblioteca segue as normas anglo-americanas, procurando utilizá-las de modo mais simplificado. *"Tínhamos a apostila da Escola de Biblioteconomia que descrevia a catalogação anglo-americana e, por isto, resolvemos normalizar o acervo com base nestas normas"*, justifica uma das bibliotecárias contratadas para dar assessoria à instituição.

O sistema de classificação adotado na biblioteca é a Classificação Decimal Universal (CDU), sem se ater a sub-divisões de assunto muito detalhadas. *"Este era o sistema adotado e, assim, demos continuidade. Não compensava mudar"*, coloca uma das bibliotecárias.

Salientamos que tanto o código de catalogação, como de classificação, em uso na Biblioteca Pública de Santa Luzia, são construídos a partir de valores universais e são também de origem estrangeira.

Refletindo a superestimação do processo de catalogação e classificação, recordamos que na instituição, embora parte dos livros em circulação não esteja classificada e, somente, tombada e catalogada, os livros adquiridos a partir de 1978 estão encaixotados por ainda não terem sido processados. *"Eles não têm o carimbo da biblioteca e, não tendo carimbo, é fácil o pessoal sair com o livro sem comprovação. Para os livros saírem tem que ter catalogação, número de registro e carimbo"*, observa uma funcionária. Outro exemplo do que comentamos está encoberto na justificativa do prefeito para a contratação da assessoria das duas bibliotecárias. *"A biblioteca estava muito sem ordem. Estava difícil de se encontrar determinados materiais. Então, contratamos duas bibliotecárias para colocarem os livros nos devidos lugares, de acordo com a técnica. Vamos ver se melhora a situação, catalogando tudo direitinho"*.

Por outro lado, verificamos que a biblioteca ainda não possui catálogos. Esta constatação conflita com a excessiva valorização dada à catalogação e classificação, possibilitando-nos revelar outra contradição da biblioteca: teoricamente, os processos de catalogação e classificação as sumem grande importância, enquanto na prática são negligenciados. Num segundo momento, também no plano da prática, a su perestimação dos mesmos é resgatada ao negar-se, aos usuários, os livros não processados.

Os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substanciam nossa colocação: o anuário de 1983 indica-nos que as bibliotecas públicas brasileiras possuíam 9 236 090 livros catalogados e 6 339 685 não catalogados; 407 680 periódicos catalogados e 918 750 não catalogados.²

Tanto o excessivo valor dado à catalogação e classificação, como o descuido em relação a estes processos técnicos, funcionam como barreiras que dificultam o acesso à informação.

A não democratização do acesso à informação é agravada frente ao lugar que o Brasil ocupa nas relações internacionais: a posição de país capitalista condiciona as bibliotecas públicas brasileiras a adotar instrumentos calcados em valores universais, enquanto a posição de país periférico condiciona a instituição a adotar instrumentos de origem estrangeira ou baseados nestes.

Assim, as bibliotecas públicas brasileiras, so frendo duplo condicionamento, não só favorecem, em última instância, a manutenção da estrutura de classe, mas também re-

²INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil - 1983, p. 693.

forçam a nossa dependência econômico-política aos países hegemônicos.

Salientamos que a técnica é importante enquanto recurso de organização e, portanto, de recuperação da informação. O problema reside na manipulação da técnica. O modo pelo qual é utilizada pode contribuir para a conservação da relação de dominação ou pode auxiliar a edificação de uma nova composição social. Esta é a questão: a que classe, a que grupos, a técnica está a serviço? Este é o questionamento político que o bibliotecário, enquanto intelectual, deve impor a si mesmo.

Prestação de serviços

A forma dominante de serviços na Biblioteca Pública de Santa Luzia é a consulta de livros no seu interior. O movimento de empréstimo é reduzido. Esta constatação vai de encontro aos dados do IBGE, os quais nos informam que nas bibliotecas públicas brasileiras em 1983 ocorreram 19 685 840 consultas e 6 189 817 empréstimos à domicílio.³

Voltando à instituição em análise, está em fase de implantação um serviço de caixa estante, atendendo a algumas instituições localizadas na "parte alta" da cidade: cadeia, hospital e asilo (denominação da creche que abriga crianças e adolescentes do sexo feminino).

As duas primeiras modalidades de prestação de serviço são estruturadas considerando o usuário enquanto estudante: *"Eles vêm de acordo com as pesquisas que o colégio dá. É mais estudante, afirma uma funcionária. "venho à biblioteca porque a professora pede". "A professora pede para a gente ler bastante", esclarecem os usuários. Assim, tan-*

³INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. op. cit., p. 694.

to a busca de informação dentro do recinto da biblioteca, como a retirada de livros, giram em torno da educação formal, reafirmando que a instituição organiza-se em função da complementação da instrução.

A literatura de lazer é pouco procurada, conforme nos indica uma funcionária: *"parece que, hoje, o pessoal não está interessado em ler. Rapazes e moças são assim mesmo. Vêm aqui, apenas, quando o colégio manda"*.

Apesar de a demanda ser dirigida para a suplementação do ensino, é notório que a política de seleção e aquisição da biblioteca reforça esta procura: a instituição é preparada para funcionar como apêndice escolar.

Esta colocação é reafirmada pela constatação da existência de outras demandas, além da acima comentada. Um usuário da biblioteca, o qual já completou sua formação escolar, observa: *gostaria que a biblioteca oferecesse muitos livros de Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Luiz Fernando Veríssimo, Jorge Amado, Maria Lúcia Machado*". Outro exemplo ilustrativo de que o interesse dos usuários não se esgota nas leituras impostas pela escola, vem de uma usuária que está cursando o ensino primário: *"a escola sempre pede para a gente ler livros que tenham palavras novas, mas leio qualquer livro. Já li muitos livros dessa biblioteca"*.

Em relação ao serviço de caixa-estante, como dissemos, está em fase de estruturação e, assim, não foi levado em conta por nossa pesquisa. Ressaltamos que esta modalidade de prestação de serviço pode constituir-se em mais um mecanismo de democratização da educação, pois contribuindo para que a biblioteca amplie sua penetração, favorece a apropriação do saber e propicia a circulação das idéias contra-hegemônicas.

Decorrente do conhecimento de que, oficialmente, os serviços prestados por uma biblioteca pública não se limitam aos aspectos detectados em campo, buscamos levantar, a partir dos usuários, algumas propostas de serviços alternativos. Porém, nossos contatos mostraram-nos que a concepção dos usuários, em relação à biblioteca pública, reflete a instituição que frequentam. Entretanto, no momento em que os despertamos para formas não convencionais de serviços, percebemos outros interesses além do escolar e recreativo. Ilustrando, os serviços de informação utilitária* e de informação para a cidadania** são encarados como sendo de grande importância. *"Uma ótima. Em Belo Horizonte a gente tem problema de andar na rua. Precisa de alguma coisa neste sentido: mapas de ruas, localização dos órgãos públicos, etc. A gente sempre está perguntando e procurando informações com motoristas de taxi. Também não conhecemos as leis a que somos submetidos. Lei Trabalhista, por exemplo. Outro dia precisei recorrer ao Ministério do Trabalho para ser assistido, porque não conhecia a coisa. Eles me falaram que existe o Código Trabalhista e me deram um livro de todo tamanho. Talvez se pudesse fazer alguma coisa mais objetiva e ter em mãos em uma biblioteca. Tem o problema da atualização, pois eles vivem revogando a lei".* Outros depoimentos que refletem os anseios dos usuários, são colocados em seguida *"adoraria aprender cozinhar, fazer teatro e pintura em pano". "Seria animado demais se a biblioteca oferecesse jogos e brinquedos". "Gosto de jogos e de fazer cerâmica".*

Entretanto, como já revelamos, a identificação da biblioteca pública, exclusivamente, com livros e edu-

*Informações que auxiliam a solução dos problemas do dia a dia, tais como: localização de ruas, órgãos públicos; burocracia para se retirar documentos; fornecimento de listagem de empregos, etc.

**Informações que auxiliam a tomada de consciência da relação de dominação, substanciando uma prática de transformação, tais como: orientação como pagar impostos, taxas dos serviços; orientação sobre a ilegalidade de determinadas cobranças, etc.

cação formal ainda está muito arraigada. "Biblioteca é local onde tem livros guardados, armazenados". "Lazer foge ao sentido de biblioteca". "Teatro, etc., não sei se ficaria ligado à biblioteca. Isto seria para um centro de lazer da prefeitura". "Biblioteca é ligada ao livro", definem os usuários.

Estes depoimentos mostram-nos a supervalorização do trabalho em detrimento ao lazer, o que é típico no modo de produção capitalista. Ressaltamos, sobretudo, a negligência quanto às formas de lazer manifestadas através das atividades manuais. Nossa colocação confirma que o referido modo de produção é calcado na divisão social e técnica do trabalho, bem como que a atividade intelectual goza de primazia.

Ainda no que diz respeito à prestação de serviço, embora a Biblioteca Pública de Santa Luzia centre suas atividades na complementação da educação formal, como mencionamos no item relativo ao acervo, ela não fornece livros didáticos para uso durante o ano letivo e também não contribui para sanar o analfabetismo.

Usuário

Para uma população de 120 000 habitantes, em termos do município, e de 10 000, em termos da "parte alta" da cidade,* a Biblioteca Pública de Santa Luzia tem 1 584 sócios. Portanto, considerando a sociedade como um todo, a instituição em análise cobre, somente, 1,32% da população. Porém, no discurso é posta como um recurso a serviço de todos. "Acredito que não existe uma faixa etária, uma categoria de

* Informações prestadas pelo Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Santa Luzia.

peçoas que deveria usar mais que a outra. Acho que todo mundo, indiscriminadamente, deve utilizá-la", coloca a diretora do DEC.

A relação população da "parte alta" de Santa Luzia/usuários da biblioteca pública local, reafirma que a prática não corresponde ao discurso.

Ao nível de estrato social, são, principalmente, os estudantes quem mais freqüentam a biblioteca. Simultaneamente, seu exercício assentando-se na suplementação da educação formal, reforça a sua função de apêndice escolar.

Do ponto de vista de classe social, conforme nos mostra a posição sócio-econômica dos usuários da biblioteca, a maior parte se situa nas relações de produção como força de trabalho. Uma parcela menos representativa pertence a pequena burguesia.

Desconsiderando as diferenças sociais, todos os usuários recebem o mesmo tratamento, como postula a diretora do DEC: *"devem ser tratados do mesmo modo. No caso dos detentos, dos doentes do hospital, das crianças e adolescentes do asilo, talvez pudéssemos fazer exceção. Contudo, como eles têm condições de reformar a ficha, não há necessidade. Atualmente abri uma exceção para uma professora que está fazendo um trabalho de divulgação da biblioteca, objetivando despertar maior atenção pela leitura. Ela retirou vários livros em seu nome e passou estes livros para os seus alunos. Para facilitar também emprestei os livros por um prazo maior. Ela não tem tempo para ficar vindo todos os dias à biblioteca"*.

Nos sistemas centrados na relação dominação/subordinação, tratamento diferenciado é colocado como privilégio, sendo negado, no âmbito do discurso, à sociedade como um todo. Concretamente, é negado, apenas, à classe trabalhadora. No que se refere à burguesia e pequena burguesia, principalmente quando se trata de agentes da superestrutura, os privilégios são garantidos. Exemplificamos com a concessão feita à referida professora.

Reafirmamos nosso argumento através da observação de uma funcionária da biblioteca: "acho que temos a obrigação de tratar igual a todos os que freqüentam aqui. Todos têm que fazer fichinha, trazer retrato, etc.". Frente ao lugar que essa funcionária ocupa nas relações de produção — representa força de trabalho — a sua colocação reflete o poder de coesão da ideologia. Simultaneamente, devido a sua prática, como veremos em seguida, reflete também o desvio entre posição sócio-econômica e posição ideológico-política. Embora a mencionada funcionária pertença à classe subalterna, ao nível do pensar, identifica-se com as concepções da classe no poder.

Ao mesmo tempo, a ideologia enfrentando limitações impostas pela prática da classe dominada, faz com que a mencionada funcionária, ao nível do fazer, manifeste resistência às decisões traçadas pelos intelectuais a serviço do Estado. *A gente pede retrato e o pessoal não traz. Não trazem porque não têm. Uns costumam vir à biblioteca para pedir o retrato que deram para fazer a carteirinha do colégio. Fico com pena. Se não trazem retrato também faço a ficha. Retrato é muito caro e a gente não pode exigir que tirem meia dúzia para tirar um para a biblioteca. Acho que isto não está certo. Outra coisa, a pessoa quer levar o livro e, às vezes, não tem ficha, quando posso, tiro na minha ficha ou na de outro colega. O que posso fazer para o pessoal, faço. Ficam com o livro atrasado porque não têm dinheiro para pagar a multa. Neste caso, deixo pagar no dia em que tiverem dinheiro. Atualmente, as bibliotecárias que estão aqui pediram para a gente cobrar a metade do valor, caso a multa passe de mil cruzeiros. Dá muita pena a gente ver uma criancinha que tirou o dinheiro de um pão para pagar a multa. Sempre fiz isto. Procuro ajudar todo mundo ao máximo que posso".*

Em virtude da coesão ideológica, tanto a diretora do DEC, como as funcionárias da biblioteca, justificam as diferenças sociais com base em fatores não originários da estrutura de dominação, eximindo a biblioteca de

suas responsabilidades específicas. "As pessoas, por si mesmas, agrupam-se em um determinado nível, passando a ter a vida que levam. Uma criança mais pobre, da classe média para baixo, inferior, não tem a preocupação de ler. Sai da escola e já tem que procurar emprego, não tendo tempo de ir à biblioteca. O tempo que tem livre vai para o campo de futebol", alêga a diretora do DEC.

Vê-se que os agentes da superestrutura, apesar de constatarem as desigualdades, negam que estas sejam de ordem social. Postulando que as mesmas são naturalmente dadas, ocultam a possibilidade de transformação. Quanto à representação que fazem da classe trabalhadora — seus componentes não têm interesse pela leitura — esta reforça e legitima a expropriação do saber. É uma concepção assentada na lógica de que o Estado, visando o bem comum, sobretudo no que se refere aos "carentes", aparelha-se de recursos que favorecem a democratização do saber, sendo que a utilização ou não dos mesmos é de responsabilidade, exclusiva, de cada indivíduo.

Como a ideologia oculta o concreto, as funcionárias da biblioteca, embora pertencendo à classe subalterna, também lidam com o aparente: apreendem as relações sociais a partir do enfoque dado pelos representantes da burguesia e, como tal, explicam a baixa frequência à instituição nos mesmos moldes dos encarregados da elaboração e difusão das concepções hegemônicas. "Os pobres não vêm mais à biblioteca porque os pais não incentivam. Os pais não estudaram e ficam com vergonha de procurar a biblioteca. Vergonha de vir, da gente falar que eles não têm condições. Os pobres têm falta de viverem em grupo para aprenderem; falta de saber o que está ao redor e no meio. A classe média e alta têm incentivo porque querem um futuro melhor para seus filhos. Não querem acabar com o nome da família: tradição, herança. Quando eu morrer, você vai ter isto. Você vai estudar para isto".

Os depoimentos, acima colocados, explicitam também a representação que as funcionárias fazem da família: elas se atêm ao padrão burguês, o qual supervaloriza a educação e cultura. Possibilitam-nos revelar que através das atividades que desempenham, as funcionárias repassam os valores que interessam à classe fundamental economicamente. Repetindo o discurso dos agentes da superestrutura, deslocam para a família a responsabilidade que compete à biblioteca, escamoteando que a relação de dominação é de ordem estrutural.

Em relação ao modo pelo qual os usuários utilizam a Biblioteca Pública de Santa Luzia, lançamos mão das colocações das próprias funcionárias.

- "Os ricos sentem-se mais à vontade. Parecem que são donos. Vão chegando com aquela facilidade".
- "Os pobres chegam com vergonha. Vêm com os pais /em geral com as mães/. Mandam os pais para resolverem a situação. Os pais vêm, explicam a situação: o problema lá em casa está muito ruim, sem condições para comprar livros. Nestes casos, a gente empresta, mesmo, sem pagamento da taxa de inscrição. Porém, há, por parte dos pais, o compromisso de, quando houver condições, voltarem para acertar a dívida".
- "Os pobres são tímidos, aquele trem parado. Têm vergonha de pedir o livro. Acham que estão pedindo um favor".
- "Os pobres ficam quietinhos num canto, não sobressaem. Têm vergonha. Querem chegar e não chegam. Vão e voltam. Acham que não sabem sair".
- "Os ricos chegam brincando, rindo, alegres".

- "Os pobres vêm aqui uma vez, duas e, não conseguindo o livro, não voltam mais".
- "Os ricos vêm todo dia e ficam martelando até a gente emprestar".
- "Quem tem maior facilidade de comprar, demora mais para devolver o livro".
- "Os ricos ficam mais tempo com os livros".
- "Os pobres sabem que precisam, que não têm condições e têm a maior educação quando procuram a gente".
- "Aqueles que podem ter em casa, acham que a gente é obrigada a ter os livros que querem e vêm com grosseria. Vêm à biblioteca e, se a gente não atende na hora, fazem grosseria. Acham que a gente não atende na aquela hora porque não tem boa vontade. Têm muitas pesquisas que a gente não encontra na enciclopédia, porque elas são muito velhas, desatualizadas".
- "Os ricos chegam aqui e falam assim: venho nesta biblioteca e não acho nada que quero. Nunca que chego aqui e acho o que quero. Outros já chegam pedindo livro novo: aqui já tem livro novo? Nunca acho nada de novo nesta biblioteca".

Vê-se que a biblioteca não é usada de modo homogêneo. As diferenças sociais, sendo de natureza estrutural, são projetadas também através do "como" os usuários utilizam a instituição. A posição sócio-econômica é o fator determinante na relação biblioteca/usuário. O grupo da pequena burguesia, por conviver com a figura da propriedade privada, tem o bem público como particular. A classe trabalhadora, desprovida do capital e da propriedade, lida com o bem público como se este não lhe pertencesse: usam a bi-

biblioteca numa situação de favor, apesar de o Estado ter por competência suprir as necessidades educacionais, culturais, informacionais e de lazer.

Face a relação de dominação permear toda a história de vida do sujeito e pelo fato de a ideologia legitimar as imposições, a instituição em foco é aceita tal como se apresenta: os usuários não denunciam a localização, a limitação da área física, a pobreza do acervo; não reivindicam melhor uso do espaço disponível; não pressionam para ter melhor atendimento, etc. Tanto que, durante as nossas entrevistas com os usuários, quando perguntávamos de forma direta sobre a biblioteca, a resposta imediata girava em torno de: *"esta biblioteca é muito boa"*. *"O que precisa melhorar, aqui, na biblioteca? Eu gosto muito dela"*. Somente à medida que aprofundávamos os questionamentos as insatisfações eram exteriorizadas.

Outra faceta a ser assinalada refere-se ao uso da biblioteca enquanto recurso de ascensão social. *"A classe média, pessoas que moram na periferia, não têm condições de dar vida boa aos filhos. Preocupam com o estudo dos filhos, porque não estudaram"*, justifica uma funcionária. Frente a inculcação ideológica, embora a possibilidade de mobilidade social seja negada estruturalmente à classe dominada enquanto um todo, esta classe convive com a ilusão de que a educação é fator de ascensão social. Neste sentido, a biblioteca, vista como instrumento de educação, ganha relevância.

5 CONCLUSÃO

5 CONCLUSÃO

Buscando desvendar o papel da biblioteca pública no sistema capitalista, analisamos a questão da ambigüidade de seu exercício: a biblioteca pública representa um recurso de reprodução das relações sociais estabelecidas e, simultaneamente, um instrumento auxiliar de construção de uma nova composição social.

Como visamos ultrapassar o empírico, baseamo-nos na teoria marxista, sobretudo, nas teses de Gramsci.

Nossa análise apoiou-se em uma revisão de literatura elaborada por Suzana P.M. Mueller¹ e no estudo de caso da Biblioteca Pública Municipal de Santa Luzia.

Procurando refletir sobre a distância entre o aparente e o concreto da instituição em foco, recorreremos, neste momento, ao Manifesto da Unesco relativo à biblioteca pública e aos documentos do Instituto Nacional do Livro (INL).

Para a UNESCO,

- a biblioteca pública ilustra a fé da democracia na educação para todos e em todas as idades [...].

- A biblioteca pública é o principal meio de dar a todos um livre acesso ao tesouro dos pensamentos e as idéias humanas e as criações da imaginação do homem. [...].

- A biblioteca pública deve ser financiada na totalidade pelo Estado ou pelas coletividades locais, os seus serviços não devem ser objeto de nenhum pagamento por parte dos utilizadores.

- Para atingir os seus objetivos, a biblioteca pública deve ter acesso fácil e as suas portas devem estar igualmente abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de

¹MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca, p. 7-54.

raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou de nível de instrução.²

Em se tratando do INL,

- competirá a ele aplicar grande parte das medidas recomendadas para fazer do Brasil uma verdadeira Democracia Cultural, na qual todos tenham acesso às fontes do conhecimento e o intelectual ocupe a posição merecida.³

- objetivando a democratização do livro em todos os planos e áreas, /.../ dá uma atenção especial às Bibliotecas Infantis e Bibliotecas Volantes. As primeiras visam a conquista de um novo público dentro da coletividade, justamente aquele público do qual dependerá o programa futuro do País; as segundas são uma tentativa de vencer as distâncias e oferecer cultura, de porta em porta, levar a "montanha ao profeta", quando este não pode alcançá-la.⁴

- /competete/ criar e dar assistência a bibliotecas em todo o território nacional.⁵

Resgatando o conteúdo dos itens dos documentos acima citados, vê-se que o discurso oficial encara a biblioteca pública como um recurso que favorece a apropriação do saber, cujo acesso é garantido à sociedade como um todo.

Contudo, considerando uma realidade particular, no nosso caso, o Brasil, os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acusam que em 1983, para uma população de 125 189 431⁶, o movimento de

²UNESCO. Manifesto da Unesco sobre Biblioteca Pública, p.158.

³INSTITUTO NACIONAL NACIONAL DO LIVRO. A política nacional do p. 3.

⁴Ibid., p. 21.

⁵INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Relatório de atividades do Instituto Nacional do Livro. p. 3.

⁶INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostragem de domicílio; Brasil e grandes regiões, p. 3.

leitura foi de apenas 2 461 191⁷, e que o país contava, somente, com 3 342 bibliotecas públicas.⁸ Estas relações constituem-se em um dos indicadores de que o discurso oficial não corresponde à prática.

Esses dados permitem-nos verificar que o discurso da UNESCO e do INL encobrem a essência da biblioteca pública. São documentos calcados na concepção liberal.

O liberalismo toma as relações sociais como naturalmente dadas, centrando no indivíduo as explicações históricas. Defende a neutralidade de seus princípios, trabalha com o aparente, ocultando o concreto do fenômeno.

Na perspectiva da concepção de mundo do discurso oficial, a biblioteca é colocada como expressão apolítica, a biblioteconomia como neutra e o bibliotecário como técnico, ou seja, o liberalismo nega o caráter ideológico intrínseco às relações sociais.

Lidando com o concreto, o materialismo histórico leva em conta o processo das relações sociais, considerando as mesmas em função de uma sociedade determinada. Para tal, decompõe o todo social em duas instâncias, as quais são distintas, apenas, enquanto abstração teórica:

- infra-estrutura, base sócio-econômica
- superestrutura, base ideológico-política

A infra-estrutura e a superestrutura formam um todo orgânico, cujo vínculo, segundo Gramsci, é assegurado pelos intelectuais — agentes da superestrutura, portanto, mediadores das relações sociais.

Sustentando-nos nos preceitos marxistas, principalmente nos postulados de Gramsci, afirmamos que a bi-

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil-1983, p.694.

⁸ Ibid., p. 693.

biblioteca pública é um recurso técnico de inculcação ideológica, que, por excelência, visa conservar o sistema de produção em vigor e, concomitantemente, um instrumento de edificação da contra-hegemonia.

A biblioteca situa-se na superestrutura, em particular, na sociedade civil. Esta localização define seu papel, que consiste em favorecer a articulação entre os momentos estruturais, fundamentalmente pela ação ideológica e, de modo secundário, pelo exercício da coerção. Na prática, a ideologia e a repressão formam uma unidade: a doutrinação implica em coerção e esta contém, em si, a inculcação. São duas faces da dominação que se identificam no mesmo objetivo: a sujeição da sociedade, como um todo, aos interesses de alguns.

A função primeira da biblioteca pública é contribuir para inculcar os valores que interessam à classe fundamental economicamente; homogeniza a sociedade sob a concepção de mundo que confere à burguesia o poder de direção. Simultaneamente, em segundo plano, favorece a reprodução da força de trabalho. Em última análise, a instituição reforça a manutenção da estrutura de classe.

Assim, a biblioteca pública, enquanto instrumento de democratização do saber, cumpre sua função sob censura do Estado. O acesso à educação é controlado por mecanismos seletivos, os quais condicionam a forma e o conteúdo da instituição, segundo as necessidades da classe no poder.

A composição administrativa, localização, área física, normas de funcionamento, acervo, serviços técnicos, prestação de serviços, aspectos levantados em campo na Biblioteca Pública de Santa Luzia, são mecanismos ideológicos que procuram repassar os padrões burgueses. A análise dos usuários, em termos da frequência e do modo de utilização dessa biblioteca, reafirma nosso argumento.

Exemplificamos com base no nosso estudo de caso:

- a composição administrativa da Biblioteca Pública de Santa Luzia é assentada na centralização das tomadas de decisão, na verticalização do processo de comunicação, na valorização da atividade intelectual, ou seja, na divisão social e técnica do trabalho.
- a biblioteca em foco situa-se num dos pontos privilegiados do município e, deste modo, distante da zona periférica, área de concentração da classe trabalhadora.
- o espaço físico disponível é reduzido tendo em vista a população.
- as normas de funcionamento não consideram o estilo de vida do proletariado e, como tal, são também barreiras que dificultam ou, mesmo impedem o acesso dos componentes dessa classe.
- o acervo visa suprir, sobretudo, as necessidades da escola, contribuindo para a biblioteca funcionar, predominantemente, como apêndice escolar.
- os processos de seleção e aquisição de livros sendo centrados na complementação da instrução, findam por reforçar esta demanda: objetivando, por excelência, atender as imposições do AIE Escolar, a biblioteca desconsidera outras necessidades dos usuários, bem como não favorece a exteriorização de novos interesses.
- os serviços técnicos de catalogação e classificação são executados a partir de ins-

trumentos de caráter universal e, assim, desconhecem a realidade da classe trabalhadora.

- a forma de prestação de serviço dominante é a consulta no interior da biblioteca, com base nas exigências da escola, reafirmando que a instituição negligencia outros interesses além da suplementação da educação formal. Este fato contribui para a biblioteca ser procurada como uma obrigação, e não como fonte de benefícios.
- a instituição em análise não tem um Banco de Livros Didáticos, não oferecendo livros para uso durante o ano letivo, e também não está voltada para o problema da erradicação do analfabetismo, apesar da estreita vinculação entre a escola e a biblioteca pública. Em outras palavras, não atende a uma das necessidades básicas do proletariado.
- é postulado que todos os usuários recebam tratamento igual, embora o estilo de vida diferencie segundo a posição de classe.

Outro indicador do que tratamos é a superdimensão que a técnica assume no âmbito da instituição, dificultando o acesso ao saber. O alto valor dado a técnica é repassado, sobretudo, pelo sistema escolar. Considerando a técnica e a norma necessárias enquanto meios de organização, observamos que a técnica e a norma têm conteúdo e, como tal, não são neutras.

Levando em conta as relações sociais em sua totalidade, o papel da biblioteca pública, no modo de produção capitalista, não se esgota na sua função oficial. O regime comportando, em si, pela sua própria configuração, a luta entre o capital e o trabalho, faz com que a submissão à ideologia não seja harmoniosa, nem mecânica. A classe desprovi-

da do capital, não se realizando na concepção dominante, não se submete passivamente às imposições da classe no poder.

O exercício da biblioteca pública é ambivalente: ao mesmo tempo que auxilia a conservação da hierarquia de classe, contribuir para a superação da relação de dominação. Os mesmos mecanismos que legitimam e garantem a burguesia na direção moral e intelectual da sociedade, asseguram a edificação da contra-hegemonia. O antagonismo entre as classes é reproduzido também no interior da biblioteca.

Reafirmamos nosso ponto de vista através da verificação da dinâmica da organização da Biblioteca Pública de Santa Luzia. Referimo-nos à outra face dos aspectos levantados em campo, que foram comentados nesta seção, enquanto mecanismos de perpetuação do regime estabelecido. Simultaneamente, deparamo-nos na instituição em análise com:

- protestos das funcionárias em torno do fato de não participarem do processo decisório
- questionamentos dos usuários acerca da localização e da limitação do espaço físico
- reivindicações em torno das normas de funcionamento
- denúncias relativas ao acervo, inclusive referentes à desatualização, o que se justifica também pela alta valorização dada aos processos de catalogação e classificação
- insatisfações face à biblioteca não atender a outras demandas, além da suplementação da escolaridade.

Estas manifestações reforçam que a relação de dominação contém, em si, a resistência, como também que o papel da biblioteca é contraditório.

A presença da biblioteca pública, em si, já favorece a explicitação da estrutura de poder, abrindo espaço para a instituição ser ocupada de acordo com os interesses da classe subalterna.

Ao mesmo tempo, a biblioteca pública, por auxiliar a democratização do saber, favorece a circulação de idéias contrárias à concepção hegemônica. À medida que a instituição amplia seu raio de atuação, não apenas, contribui para revigorar a estrutura vigente, como contribui para engendrar transformações coletivas

A maior parte dos usuários da Biblioteca Pública de Santa Luzia representa força de trabalho. Como o lugar que se ocupa nas relações sócio-econômicas condiciona a história de vida dos sujeitos, a instituição não é utilizada de modo homogêneo. A classe subalterna, desprovida do capital e da propriedade, usa a biblioteca como se esta não lhe pertencesse. A pequena burguesia, grupo menos representativo na frequência da instituição, por conviver com a figura da propriedade privada, tem a bibliotecca como um bem particular. Em ambos os casos, a biblioteca é vista como recurso de ascensão social.

Procedendo a uma releitura da revisão de literatura de Mueller, constatamos que a institucionalização do recurso técnico biblioteca pública nasce face às exigências da base material e das pressões da sociedade civil.

Apesar de as mudanças ocorridas, a biblioteca pública tem seu funcionamento, desde sua institucionalização, orientado pelos valores burgueses. Levando em conta as nuances do liberalismo, de acordo com o momento histórico, o projeto político da biblioteca pública é guiado pela corrente dos intelectuais conservadores ou, então, pela postura progressista. No entanto, ambas as categorias de intelectuais se identificam quanto à essência da doutrina que professam. Em raras ocasiões fez-se presente uma proposta assentada na busca de mudanças concretas.

Contudo, como na relação dominação/subordinação há espaço para se operar transformações, por delegação, são, por excelência, os intelectuais (em nosso caso, os bibliotecários) os responsáveis pela elaboração e difusão de

concepções que auxiliam a edificação de uma nova composição social. O bibliotecário assumindo a posição de representante da classe alijada do poder, auxilia dar consistência ao senso comum, favorecendo a construção do saber pertinente a esta classe. Assumindo uma postura de flexibilidade diante das diferenças sociais, contribui para imprimir novo conteúdo e nova forma à biblioteca, favorecendo a consubstanciação da prática consoante com a proposta de transformação. Em outras palavras, como a dominação contém, em si, de modo inerente, a transformação, independente da vontade dos sujeitos, pela prática, a resistência ao regime é manifestada sob várias formas. No entanto, face esta resistência ocorrer ao nível do senso comum, compete aos intelectuais explicitar e trabalhar as contradições, favorecendo a reconstrução da unidade teoria/prática. Enquanto a força da coesão ideológica escamoteia a relação de dominação, cabe aos intelectuais vinculados ao proletariado auxiliar esta classe a atuar enquanto força coletiva.

Nesta perspectiva, a biblioteca pública sendo um instrumento de democratização da educação, deve refletir, principalmente os interesses da classe expropriada do saber. Para a biblioteca caracterizar-se, efetivamente, como "pública", impõe-se a necessidade de:

- organizar-se a partir de um conselho representativo dos vários segmentos relacionados com sua proposta e, portanto, um conselho no qual a classe trabalhadora tenha também poder de decisão.
- estabelecer uma política de descentralização, implantando sucursais e serviços de extensão, tais como, caixas-estantes, barracas de leitura, sacolas-livros, etc.

- instalar-se nas áreas periféricas e rurais
- criar espaços de leitura, principalmente nas áreas de concentração da classe trabalhadora
- reexaminar o aproveitamento do espaço físico, tendo em vista a determinação de prioridades
- abolir a exigência de retrato como norma para filiação
- determinar prazos de empréstimo diferenciados de acordo com a posição de classe social
- funcionar também em dias e horários compatíveis com a disponibilidade de tempo da classe trabalhadora
- definir a política de seleção, levando em conta:
 - . outras formas de registro, além do livro.
 - . a atualização que os jornais e revistas possibilitam
 - . a importância dos jornais, revistas, bem como da atas de reuniões e similares para a reconstrução do cotidiano
 - . a linguagem dos materiais que compõem o acervo tendo em vista os usuários
 - . o enfoque do assunto ao nível do político
 - . a necessidade de possuir documentos que possibilitem a reconstituição da história, tanto em termos de país, estado, município e comunidades

o valor da história oral, sobretudo no ponto de vista da classe trabalhadora, pois a historiografia oficial retrata os movimentos sociais com base na concepção de mundo da classe no poder

a dificuldade de se levantar materiais cujo conteúdo explicita a relação de dominação, visto que os mesmos, muitas vezes, são excluídos do circuito tradicional do mercado livreiro

- funcionar como uma ligação entre a oralidade e a escrita: contribuir para resgatar a identidade da classe trabalhadora, bem como favorecer a retomada das experiências vivenciadas, dentro de uma dimensão política
- estabelecer prioridades para a aquisição de materiais não apenas em função do usuário enquanto estudante
- tomar as técnicas de catalogação e classificação como instrumento de organização, isto é, como meios que favorecem o acesso à informação, e não torná-las meios que coíbem a difusão da informação
- considerar a possibilidade de utilizar as normas de referenciação bibliográfica em lugar das normas de catalogação. As primeiras, sendo mais simplificadas, agilizam o processo de organização do acervo. Por outro lado, a utilização das normas em foco solucio

naria o problema do usuário face à exigência de referenciar os documentos consultados. Simultaneamente, o usuário tendo as referências já normalizadas, ver-se-ia livre de um laço de dependência em relação ao bibliotecário, enquanto este teria maior disponibilidade de tempo para desempenhar outras atividades

- assumir, através da prática, a crítica ao hermetismo da linguagem das tabelas de classificação, reelaborando os sistemas clássicos de acordo com a realidade dos usuários ou, mesmo, construindo sistemas que reflitam o estilo de vida dos usuários a que atende
- levar em conta, efetivamente, a demanda da suplementação da instrução, isto é, as imposições da escola, oferecendo livros didáticos para uso durante o ano letivo e também leituras extra-classe
- sensibilizar a comunidade, objetivando conseguir doações de livros, a fim de formar um Banco de Livros Didáticos. Contactar, principalmente, as escolas, para obter doações de livros que os alunos já deixaram de usar
- voltar-se para o problema do analfabetismo, inclusive, buscando uma vinculação com os movimentos de educação popular
- Incorporar outras demandas além das determinadas pela escola

naria o problema do usuário face à exigência de referenciar os documentos consultados. Simultaneamente, o usuário tendo as referências já normalizadas, ver-se-ia livre de um laço de dependência em relação ao bibliotecário, enquanto este teria maior disponibilidade de tempo para desempenhar outras atividades

- assumir, através da prática, a crítica ao hermetismo da linguagem das tabelas de classificação, reelaborando os sistemas clássicos de acordo com a realidade dos usuários ou, mesmo, construindo sistemas que reflitam o estilo de vida dos usuários a que atende
- levar em conta, efetivamente, a demanda da suplementação da instrução, isto é, as imposições da escola, oferecendo livros didáticos para uso durante o ano letivo e também leituras extra-classe
- sensibilizar a comunidade, objetivando conseguir doações de livros, a fim de formar um Banco de Livros Didáticos. Contactar, principalmente, as escolas, para obter doações de livros que os alunos já deixaram de usar
- voltar-se para o problema do analfabetismo, inclusive, buscando uma vinculação com os movimentos de educação popular
- Incorporar outras demandas além das determinadas pela escola

- favorecer a manifestação de demandas ainda não expressadas
- propiciar atividades que despertem a criatividade, auxiliem o adestramento do controle motor, a vivência das emoções, a satisfação psicológica (brinquedos de encaixe, jogos, dramatização, estórias contadas pelos próprios usuários)
- promover cursos de culinária, costura, bordado, de técnicas de agricultura, carpintaria, eletricidade favorecendo o lazer e a garantia da sobrevivência
- desenvolver sistematicamente campanhas para obter materiais tidos como sucata — caixas de fósforos, recipientes de yogurte, gelatina, geléia, papel de presente, barbante, etc. — visando incentivar as atividades manuais
- contribuir para articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual
- considerar a carência de informações que contribuam para a solução das questões do dia a dia — informações utilitárias — e numa dimensão política, informações para a cidadania
- perceber que as manifestações culturais — literárias, artísticas, etc. — diferem segundo a posição de classe
- incentivar a produção intelectual criando um espaço para que também a classe trabalhadora expresse, vivencie e difunda seu estilo de vida, bem como denuncie as suas condições de existência

Enfim, a atividade do bibliotecário não deve esgotar no "referir-se", e sim assumir a dimensão do "acontecer", dentro de uma proposta que busca a transformação das relações sociais.

Vale ressaltar que a realidade das bibliotecas públicas brasileiras também se justifica pelo fato de o Brasil situar-se, nas relações internacionais, como país periférico. Explicitando, a situação de país periférico incapacita o Estado de atender, inclusive, as necessidades básicas da sociedade, sobretudo, as da classe trabalhadora. Nesta circunstância, os serviços prestados pela biblioteca pública não são vistos como prioritários, recebendo diminuto apoio do Estado.

O confronto nega o aparente
a ilusão é feita de essência
o desencanto tem sabor concreto
o desencontro tateia o real.

A esperança visualiza, revela,
a certeza tem sentido na prática.

6 BIBLIOGRAFIA

6 BIBLIOGRAFIA

1. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa, Presença, s.d. 120 p.
2. BAUDELLOT, Christian & ESTABLET, Roger. Las dos redes de escolarización. In: _____. La escuela capitalista en Francia. España, Siglo XXI, 1976. p. 49-112.
3. _____. Escuela única = escuela dividida. In: _____. La escuela capitalista en Francia. España, Siglo XXI, 1976. p. 13-46.
4. BERSTEIN, Basil. Language et classes sociales. Paris, De Minuit, 1975.
5. BOSI, Alfredo. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. Debate e Crítica, São Paulo, 6:105-13, jul. 1975.
6. BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean. A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. 238 p.
7. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, org. Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1981. 221 p.
8. _____. O que é educação. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 116 p.
9. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 379 p.
10. CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia e ideologia; um estudo da formação da psicologia educacional em Minas Gerais. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1980. 90 p. (Dissertação).

11. CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, Birmingham. Da ideologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 330 p.
12. CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 125 p.
13. GURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição; elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1979. 189 p. (Tese).
14. ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 5. ed. São Paulo, Global, 1983. 79 p.
15. _____. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 215 p.
16. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler; em três artigos que se complementam. 5. ed. São Paulo, Cortez, 1983. 96 p.
17. _____. Pedagogia do oprimido. 12. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 218 p.
18. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 4. ed. São Paulo, Meraes, 1980. 142 p.
19. GIUSTA, Agneta da Silva. Da perspectiva política a perspectiva em educação. s.n.t. 11 p. (Texto mimeografado para a disciplina Introdução à Educação da Faculdade de Educação da UFMG).
20. GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p.
21. _____. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 244 p.
22. GRUPPI, Luciano. Conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 143 p.

23. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Anuário estatístico do Brasil - 1983. Rio de Janeiro, 1984. v. 44.
24. _____. Pesquisa nacional por amostragem de domicílio; Brasil e grandes regiões - 1983. Rio de Janeiro, 1983. v. 7. t. 21.
25. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, Brasília. A política nacional do livro. Brasília, 1978. 30 p.
26. _____. Relatório de atividades do Instituto Nacional do Livro. Brasília, 1978. 19 p.
27. KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p.
28. LAPASSADE, Georges & LOURAN, Renê. Chaves da sociologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 203 p.
29. LOURAU, Renê. A análise institucional. Petrópolis, Vozes, 1975. 294 p.
30. MARX & Engels; texto sobre educação e ensino. São Paulo, Moraes, 1983, 98 p.
31. MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. São Paulo, Global, 1980. 45 p.
32. ____ & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3. ed. Lisboa, Presença, s.d. 311 p.
33. MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade; evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 13(1):7-54, mar. 1984.
34. PORTELLI, Hugnes. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
35. POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais do capitalismo. São Paulo, Martins Fontes, 1977. 354 p.

36. REICH, Wilhelm, Psicologia de massa. Porto, Escorpião, 1974. 194 p.
37. RODRIGUES, Arakcy Martins. Operário, operária; estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo. 2. ed. São Paulo, Símbolo, 1980. 143 p.
38. SINGER, Paul. O que é socialismo hoje. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1980. 72 p.
39. THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquête operária. São Paulo, Polis, 1980. 270 p.
40. UNESCO, Paris. Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 7(4/6):158-163, abr./jun. 1962.
41. VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. Ciência da Informação, Brasília, 2(2):81-5, jul./dez. 1983.

Doação: CPG/EB-UFMG

Em: 19/12/85

DOAÇÃO DE
CPG/EB-UFMG

DATA 19.12.85 PREÇO:
